

SESSÕES DO PLENÁRIO

109ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 08 de novembro de 2016.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES (1º VICE-PRESIDENTE)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Bruno Reis, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Hildécio Meireles, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Robinho, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Vando, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó.(56)
Deputados licenciados: Ivana Bastos e Fabíola Mansur.(02)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Do Deputado Luiz Augusto comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 27, 28, 29/09 e 10/10/2016.

Do Deputado Paulo Câmara comunicando que, por motivo de saúde, esteve ausente nas Sessões dos dias 20 e 21/10/2016, conforme atestado médico

apresentado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Há sobre a mesa um requerimento.

(Lê) *“Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia*

Os Deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma sessão extraordinária, a ser iniciada 2 minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar as seguintes matérias: Requerimento de Urgência nº 8.788/2016 para o Projeto de Lei nº 21.926/2016; Requerimento de Urgência nº 8.800/2016 para o Projeto de Lei nº 22.012/2016; Requerimento de Urgência nº 8.801/2016 para o Projeto de Lei 22.015/2016; Requerimento de Urgência nº 8.803/2016 para o Projeto de Lei nº 22.011/2016. E os Projetos de Lei nºs 22.016/2016 e 22.017/2016.”

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem do deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, primeiramente quero aqui dizer da minha alegria de vê-lo presidindo esta sessão, V.Ex^a que tem toda a envergadura para ser o presidente desta Casa, de fato.

Quero saber qual é a pauta porque V.Ex^a falou rápido aí, e confesso que eu não estava muito atento. Peço-lhe até desculpas. Gostaria que me detalhasse a pauta da Ordem do Dia hoje, por favor.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- São dois projetos, Deputado-Líder Sandro: o Projeto de Lei nº 22.016/2016, que altera a Lei ... É o da polícia. Precisa ler?

O Sr. Sandro Régis:- Pauta! Não, tem um que está sobrestando a pauta, Carlinhos. Está, te digo aqui agora. Um minutinho só. É o projeto da Urbis, de nº 21.996/2016, que altera a Lei nº 9.423. É a questão da Urbis, dos mutuários. É da Caixa Econômica Federal. Ele está sobrestando a pauta. Então, só quero alertar V.Ex^a, Sr. Presidente, de que nenhum projeto pode ser votado. Ou o governo retira esse ou vota.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- O.k! O Sr. Carlos vai dar uma olhada aqui, e a gente vai para o Pequeno Expediente enquanto se decide. Pois não, Líder?

Vou dar início ao Pequeno Expediente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pequeno Expediente. **(oradores inscritos)**

Para iniciá-lo, o deputado Pastor Sargento Isidório.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, deputada, senhores bravos policiais militares e bombeiros que honram a Assembleia Legislativa com as vossas presenças, senhores que nos ouvem pela *TV Assembleia*, a Bíblia diz no Salmo 55: “Inclina, ó Deus, os teus ouvidos à minha oração e não te esconda da minha súplica. Atende-me e ouve-me. Lamento-me e rojo.”

Sr. Presidente, eu gostaria de apelar para o bom senso deste Parlamento e chamar a atenção do seu presidente, o deputado Marcelo Nilo, do Líder do Governo, Zé Neto, e do Líder da Oposição, deputado Sandro Régis, para pedir que esta Casa demonstre à sociedade da Bahia o seu valor, a sua dignidade, a necessidade da sua existência.

Foi feito um acordo - tenho certeza, entre todos os deputados estaduais neste Legislativo, nenhum dos parlamentares homens e mulheres foi contra - para que, assim que se resolvessem as pendências do projeto que cria as vagas para promoção dos praças, dos oficiais oriundos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, votássemos inclusive com a dispensa de formalidades.

Lembro-me que há 20 dias estava aqui e iria até ser votado. Já estava acordado para ser votado como estava. Apenas depois que detectamos o prejuízo que tomariam principalmente os oficiais que são oriundos do Quadro de Praças, pois há algumas mudanças inconvenientes, é que eu, percebendo isso, nos corredores fui abordado por policiais dos mais simples. Também sou policial dos mais simples. Costumo dizer que estou deputado e policial militar eu sou, praça eu sou.

Então, alguns desses policiais me procuravam. Percebi que, aprovando o projeto com aquela redação como estava, seria grande o prejuízo para as duas corporações, tanto o Corpo de Bombeiros quanto a Polícia Militar. E graças a Deus... No início o governador, o pessoal da Casa Civil e o próprio Zé Neto acharam que eu estava me rebelando contra o governo, criando problema para ele, mesmo sendo deputado da base. Costumo dizer que sou deputado da base, mas não sou, nunca fui e não serei lacaios. E todo mundo sabe que toda vez que está em pauta Polícia Militar me posiciono ao lado dos meus companheiros e companheiras.

Portanto, Sr. Presidente, queria mais uma vez pedir ao deputado Sandro Régis, que é o nobre Líder da Oposição e tem se posicionado inclusive favoravelmente nos ajudando muito, ao próprio Zé Neto, ao presidente da Assembleia Legislativa e a V.Ex^a que façamos hoje um esforço conjunto no que for necessário, porque é mais de um mês de movimentação de polícia, de inquietação desses que são os melhores policiais que a tropa tem porque são operacionais. Conhecem viatura, conhecem as pontas de rua. E justamente no momento de desengessar aquilo que já tem mais de 8 anos engessado, sem promoção, injustamente ainda querem durar com mais tempo pra fazer a aprovação deste projeto.

Então, queria pedir a esta Casa, em nome das associações todas, aprovando este projeto hoje... Não tem ganhador, não é projeto do deputado Isidório, não é de Prisco, não é de nenhuma associação. É da sociedade baiana, que terá os seus praças sendo justificados com a reparação feita. Não é tudo, mas já é alguma coisa, já melhora muito. Ainda falta muita coisa, muito benefício para a Polícia Militar e o bombeiro militar.

De qualquer forma, este projeto traz o início de uma reparação. E é importante que esta Casa se debruce e hoje saia daqui aprovando-o. Estão ali os mui dignos policiais militares que vieram representando uma categoria tão importante de quase 40.000 homens e mulheres valorosos e valorosas. Então deixo o meu pedido,

principalmente ao deputado meu colega Sandro Régis, que tem sido sensível nesta Casa, ao próprio Zé Neto e ao presidente Marcelo Nilo, para que façamos justiça não empurrando este projeto pra frente, porque cada dia que passa sem aprová-lo pode nos causar um dano, como o que estava acontecendo lá atrás.

Peço, portanto, a parceria e a sensibilidade de todos os meus colegas deputados e deputadas nesta Assembleia para que pautemos e votemos hoje este projeto.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de Ordem deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Presidente, eu fui citado pelo deputado Pastor Isidório, que, juntamente com o deputado Prisco, representa aqui pontualmente a Polícia Militar, a qual muito honra a Bahia e os baianos.

Em nenhum momento a Oposição criou nenhum tipo de dificuldade para votar o projeto. Nem da Polícia Militar nem do Corpo de Bombeiros. Estamos apenas pedindo que o governo bote os deputados para votar o projeto. Quem tem quórum pra votar projeto é o governo. A Oposição votará a favor. Ela não criará nenhuma dificuldade ao projeto, mas quem tem de ter deputado para votá-lo em Plenário é o governo. Não é a Oposição.

Então, quero aqui dizer a V.Ex^a mais uma vez que a Oposição está disposta a votar. Irá votar sim tanto no projeto dos bombeiros quanto no da PM. Agora a única coisa que a Oposição faz é um apelo para que o governo bote também os seus deputados pra votar o projeto.

É isso, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Sargento Isidório, a deputada Fátima Nunes pediu antes uma questão de ordem.

Pois não, deputada.

A Sr^a Fátima Nunes:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, compreendendo que nesta tarde temos projetos importantíssimos para votação, quero aproveitar a oportunidade e convidar os nossos colegas, porque terminamos uma reunião importante da nossa Bancada há poucos minutos, e naturalmente esses companheiros nossos pares estão aqui ao lado do Plenário, na sala do cafezinho ou no saguão. Então, nós os convidamos exatamente neste período do Pequeno Expediente já para iniciarmos o nosso debate e a continuidade da nossa sessão.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Antes de conceder a questão de ordem ao deputado Sargento Isidório, queria dizer ao Líder deputado Sandro que mais uma vez ele está com a razão. Tem um projeto sobrestando a pauta, o Projeto de Lei nº 21.996. Então será o primeiro a tramitar, o.k.?

O Sr. Sandro Régis:- O.k., Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem do deputado Sargento Isidório.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Sr. Presidente, todos nós sabemos - e muito mais o deputado Sandro Régis sabe - que primeiro este projeto foi alvo de acordo. Ele vem sendo costurado nesta Casa com luta, suor e debates. Foi realmente alvo de acordo, tem as assinaturas dos Líderes do Governo e da Oposição.

A gente sabe também que, quando quer aprovar projetos aqui, bota a penca aí, só vai dando os números e aprova. Nunca é exigido que esteja aqui presente a Casa inteira.

Esse aí é um discurso político de oposição que eu respeito. É um direito da Oposição. Mas realmente nós sabemos que, quando queremos aprovar projetos neste Plenário, aprovamos até de madrugada, tendo às vezes aí a Mesa só com o presidente e 3, 4, 5 deputados, porque são fruto de acordo.

Então, acho que abusar - abusar! - de policiais militares, seja lá quem for o funcionário... A gente abusar ... Esta Casa poderia, neste caso muito importante de duas corporações que merecem respeito, com os seus integrantes que vivem com as suas vidas dada pela sociedade, um grupo arriscando a vida nas catástrofes, nos incêndios e outro combatendo a criminalidade. O que estou pedindo a V.Ex^{as}. é que nós, como já é de costume, inclusive, ao deputado Sandro, que façamos um gesto de cortesia, porque no Regimento se entende o que estou falando, o que estou pedindo é dispensa de formalidade, e o deputado Sandro, que já é acostumado em outros casos, tenha essa compreensão.

E que a gente faça essa dispensa, aprove o projeto que interessa a quase 40 mil homens e mulheres que além de ganhar salários parcos ainda têm de ser humilhados, mais de um mês aqui circulando esse debate, são 8 anos sem promoção, e ainda se queria fazer injustiça. Mas, graças a Deus, o Governo do Estado, com o coronel Anselmo, com o coronel Telles, com todas as associações, todas as representações, mudou, e mudou para melhor, esta Casa estará de parabéns.

O projeto passado previa, Sr. Presidente, 667 vagas para primeiro-tenente, nessa nova discussão, após a chamada “rebelião de doido”, porque assim que estão chamando, hoje são 1.017 vagas; seriam 180 e poucas vagas para capitão, por causa da unidade de todos, não tem ganhador, hoje são 215 vagas para capitães oriundos das praças; haviam 10 vagas para major hoje são 22; não existia nenhuma vaga para tenente-coronel, agora são 6. Não é tudo. Não permitiram a vaga de coronel fechado, mas não vamos parar, porque praça tem dignidade e muita para ser coronel da Polícia e para ser...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pois não, deputado.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Ainda tenho 1 minuto e 36 segundos, excelência. Fique tranquilo aí.

(...) Então o policial militar, oriundo da operacionalidade, praça, tem toda a condição de ser coronel fechado, porque ele não tem medo de troca de tiro; ele não tem medo de entrar nos matagais; não tem medo de ir atrás do bandido, do vagabundo, e é quem faz isso na prática o tempo todo. Então, continuarei na luta para

que tanto no Corpo de Bombeiros como na Polícia Militar haja, sim, as vagas de coronel fechado, até porque só faltou isso.

Então, agradeço a V.Ex^a e pedir a Sandro, aos deputados que aqui estão, a Targino, a todos os companheiros que aqui estão que façamos um gesto de dignidade...

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- (...) um gesto educado, como já é costume nesta Casa, para aprovar esse projeto tão justo.

Muito obrigado. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Srs. Deputados, concederei as duas últimas duas questões de ordem porque senão não haverá o Pequeno Expediente. Terá o Horário das Representações Partidárias, os deputados se manifestem. As duas últimas questões de ordem porque senão o deputado Luciano Ribeiro não terá tempo...

Questão de ordem do deputado Rosemberg e depois do deputado Targino.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, eu queria aqui ver se a gente sanava essa divergência e dar um testemunho aqui. Verdade seja dita, o deputado Sandro Régis já assinou a dispensa de formalidade, então essa etapa já está superada.

O que estamos questionando aqui é a possibilidade de criar uma ambiência que possa ter uma votação sem pedir verificação de quórum de votação. Porque aí, a verdade seja dita, é uma responsabilidade nossa, estamos trabalhando, já fizemos uma reunião com a Bancada de Governo, para que a gente pudesse hoje, às 17 horas, ter aqui a quantidade de deputados suficientes para que possamos votar, e vamos pedir, mais uma vez também, ao deputado Sandro Régis e aos deputados de Oposição, obviamente que às 17 horas a gente faça aqui com o quórum, com a Casa cheia, e a gente possa votar em consenso, porque já houve por parte do deputado Sandro Régis e de vários parlamentares que compõem a Oposição, já há a sinalização de que irão votar favoravelmente ao projeto.

Acredito que no decorrer destas duas horas até as 17h vai ter, sim, porque há um compromisso de todos os partidos que compõem a base do governo para que possamos votar esse projeto para atender as demandas tanto da Polícia Militar como do Corpo de Bombeiros.

Então, às 17 horas – eu só queria sanar isso – já está assinada a dispensa de formalidade pelo deputado Sandro Régis e, nós, obviamente, estamos trabalhando para que, às 17 horas, os 32 deputados de governo possam estar aqui, junto aos deputados de Oposição, e votemos em consenso com a maioria da Casa presente.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem do deputado Targino Machado, depois Luciano Ribeiro, última questão de ordem do Pequeno Expediente.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, serei breve para, primeiro, louvar a atitude do deputado Rosemberg Pinto que foi novamente coerente ao dizer que é responsabilidade do governo dar quórum. O jus sperniandi, o pedido, o direito de pedir, o deputado Rosemberg Pinto tem. O que não posso acatar é proselitismo político aqui. Nós, a Oposição, vamos votar, à unanimidade, a favor dos dois projetos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. Agora, a obrigação de fazer, ou seja, a obrigação de botar deputado para votar aqui não é da Oposição, pois sequer temos número suficiente para dar quórum para continuidade da sessão, que são 21 deputados, número que não temos. Quem tem aqui quarenta e tantos deputados é a Bancada do Governo, que precisa dar o comando.

Eu disse há pouco a representantes da Polícia Militar, em nosso gabinete, que acredito que se o governo for colocar aqui hoje os requerimentos de urgência, aí a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros terão alguma chance porque, na verdade, nem a Polícia nem o Corpo de Bombeiros representam urgência nenhuma para o governo. Se representassem, já teriam sido aprovados, porque a Oposição está aqui para aprovar. Agora, a obrigação de dar quórum de votação é da Bancada do Governo.

Com a palavra o deputado Zé Neto.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Zé Neto, depois, senão vai acabar o Pequeno Expediente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, agradeço inicialmente por garantir o Pequeno Expediente, que é o momento próprio de falarmos os assuntos que são deste Pequeno Expediente. Eu quero aqui dizer e fazer dois apelos ao Governo do Estado, em duas áreas que são fundamentais ao cidadão baiano: a área de Segurança Pública e a de Educação.

Na quinta-feira, dia 3 próximo passado, dois vereadores eleitos pelo DEM, no município de Feira da Mata – Cristiano do Ramalho e Valdo do Ramalho –, foram vítimas de tentativa de homicídio, não se sabe ainda quais foram as razões, mas foram atingidos por um motoqueiro, com um passageiro na garupa, que desferiu três tiros contra esses dois vereadores do nosso partido DEM. Um dos vereadores conseguiu sair e o outro foi atingido com uma bala que ficou alojada em sua garganta. Conseguimos conduzi-lo até Vitória da Conquista onde sofreu uma intervenção cirúrgica e se encontra, graças a Deus, restabelecendo-se.

É preciso que os olhares do Estado na área de Segurança Pública sejam de cuidado, de atenção, e, nesse caso específico, que as investigações se aprofundem. Trata-se de dois vereadores eleitos e de dois vereadores da oposição de um município pequeno. Esses vereadores ganharam a eleição e os mesmos são oriundos da oposição.

Portanto, é preciso que este atentado seja esclarecido.

Este apelo foi feito pelo nosso Líder Sandro Régis. O nosso pedido já foi encaminhado ao secretário da Segurança Pública para esclarecer e para tirar as dúvidas de quais foram as razões do atentado a esses dois vereadores. Este é o apelo

que fazemos ao governo do Estado e à Secretaria da Segurança Pública. O pedido foi feito para que este crime seja, o mais rápido possível, elucidado.

Quero, também aqui, na área de educação, fazer um apelo ao governo do Estado, através do seu secretário, parar e considerar a decisão de exonerar os secretários municipais das escolas estaduais, pois muitos já foram exonerados de escolas de grande porte inclusive, de escolas com mais de 1.500 alunos. Essas escolas estão sem secretários escolares talvez porque a secretaria, em sua burocracia, não entenda a função que este agente exerce nas escolas públicas.

O secretário escolar é o responsável por diversas atividades e por muitas atividades nas escolas. Tal decisão governamental está a deixar os diretores e os dirigentes escolares desfalcados em seu trabalho. E o governo do Estado exonerou, ao que sabe até agora, todos os secretários nomeados até dezembro ou de dezembro para cá. E as escolas, independente do porte, estão sem esses agentes.

Por isso, fica o apelo, também, à Secretaria da Educação do nosso Estado.

Mas quero, aqui, nos minutos restantes, me referir sobre a fala do deputado Sargento Isidório. Eu gostaria de dizer que a fala do referido deputado não representa, com fidelidade, os fatos ocorridos nesta Casa. Vejam, a Oposição dispensou as formalidades e contribuiu com a elaboração do projeto para atender aos anseios dos policiais.

O que a Oposição quer? O que a Oposição exige?

A Oposição quer a legitimidade na aprovação desses projetos.

Quanto ao mérito, nós iremos votar a favor e pela sua aprovação.

Vejam, a legitimidade é representada pela presença de quórum em Plenário, ou seja, exige-se a presença dos deputados necessários para dar quórum, segundo o Regimento Interno desta Casa, a fim de se aprovar qualquer projeto.

Logo, sem a legitimidade exigida pelo Regimento Interno, a Oposição não vota este ou qualquer outro projeto que seja.

O proselitismo político não deve prevalecer aqui. O proselitismo político não deve passar por cima da legitimidade do Parlamento e da legitimidade da aprovação desses projetos.

Portanto, muito obrigado a todos vocês. Tenham todos uma boa tarde.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o deputado Adolfo Menezes.

O Sr. Adolfo Menezes:- Faço a permuta com o deputado Hildécio Meireles.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Por permuta, com a palavra o deputado Hildécio Meireles.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, senhores membros da nossa gloriosa Polícia Militar e senhores e senhoras membros da nossa Polícia Civil da Bahia aqui presentes, causa-me surpresa, meu

querido deputado Fábio Souto, o discurso pronunciado, anteriormente, pelo Exmº Sr. Deputado Sargento Isidório. Foi um discurso apelativo e um discurso ao extremo, porque viu plateia.

Há mais de 15 dias, a Bancada da Oposição está aqui a clamar por quórum por parte da Bancada do Governo para votarmos os projetos de interesse da gloriosa Polícia Militar da Bahia, portanto, para votarmos projetos de interesse da sociedade baiana. Repito, há mais de 15 dias não se dava quórum neste Plenário, exatamente pela falta de frequência de alguns deputados da Base de Governo.

Portanto, deputado Isidório, hoje, inclusive, na reunião de bancada, este assunto foi pauta quando nós discutimos o nosso interesse em fazer frente para votar, aqui, esses projetos de lei, sobretudo, por ser de interesse de toda a sociedade baiana.

Portanto, não queiram colocar a culpa na conta dos deputados da Oposição! Isso não vai colar.

Não é este o caso aqui, até porque a Bancada da Oposição, senhores presentes nas galerias, corresponde somente a um terço de todos os membros desta Casa.

E o governo, na hora em que quiser, aprova qualquer projeto de lei aqui da forma que ele quer, como, aliás, tem sido esta a forma. Os governistas aprovam os projetos mesmo atropelando o rito regimental da Casa.

Portanto, não é este o discurso que vem agregar. Não é este o discurso que vem somar no sentido de se tomar a decisão de votar o projeto de lei de interesse da gloriosa Polícia Militar.

Então, caro deputado Pastor Sargento Isidório, estamos dispostos a votar mas, sobretudo, estamos dispostos a fazer a votação com transparência e com a realidade.

Caro deputado Euclides Fernandes, quero, aqui, corroborar as palavras do deputado Luciano Ribeiro com o que diz respeito ao problema da falta de segurança pública na Bahia.

Estão aqui dois órgãos que, talvez, sejam indispensáveis para termos uma segurança pública adequada a oferecer ao nosso povo baiano. A gloriosa Polícia Militar e a Polícia Civil têm feito e têm desenvolvido um trabalho gigantesco de sacrifício, inclusive dos seus membros, pela falta de condições de trabalho para a realização de um serviço de alta periculosidade. E essas corporações não têm faltado aos anseios da sociedade baiana.

Mas, infelizmente, segurança pública, como saúde pública, não tem sido considerada pelo governo como ações de prioridade. A segurança pública não tem sido considerada, por parte do governo, como, talvez, a maior necessidade que a sociedade baiana precisa neste momento.

O Sr. Euclides Fernandes:- V.Exª me permite um aparte?

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Daqui a pouco, deputado.

Portanto, quero colaborar com a preocupação do deputado Luciano Ribeiro.

Cairu é um município pacato. Morro de São Paulo, circunscrito a Cairu, era, outrora, o paraíso para baianos, brasileiros e, até, estrangeiros. Só para V.Exª ter uma ideia, parece pouco, mas, para a tranquilidade existente naquele ponto turístico, já

ocorreram sete assassinatos no decorrer, praticamente, do segundo semestre deste ano de 2016.

Mas quero ter o prazer de ouvir o aparte do deputado Euclides...

(Não foi revisto pelo orador.)

(Vários Srs. Deputados manifestam-se, ao mesmo tempo, fora do microfone.)

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, existe, agora, aparte no Pequeno Expediente?

(Vários Srs. Deputados manifestam-se, ao mesmo tempo, fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, há um orador na tribuna.

Deixem o deputado Hildécio Meireles concluir, pois ele, sempre, traz bons assuntos para o debate.

O Sr. Euclides Fernandes:- Sr. Presidente, o que eu iria falar tem a ver com o tema que ele estava levantando. Eu queria mostrar ao querido deputado as vantagens que o governador Rui Costa tem dado, em pouco tempo de governo, dois anos, à área de segurança pública. Mas, infelizmente, V.Ex^a travou esta possibilidade.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Euclides Fernandes, V.Ex^a é um deputado experiente, Líder do PSL, e sabe que, no horário do Pequeno Expediente, não se pode pedir aparte.

Com a palavra o deputado Fábio Souto pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Fábio Souto pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. FÁBIO SOUTO:- Sr. Presidente Marcelo Nilo, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, eu gostaria de fazer um esclarecimento e, ao mesmo tempo, dizer da correção do deputado Rosemberg quando explanou, aqui, toda a situação que está ocorrendo em relação à questão dos policiais e dos bombeiros.

Há, mais ou menos, 15 dias, o Líder Sandro Régis dispensou as formalidades para votação de projeto. E, no acordo existente entre Governo e Oposição, ficou estabelecido que todos nós votaríamos a favor do referido projeto por acordo, bastasse haver o quórum mínimo para votação.

A mais pura verdade é esta.

E, hoje, tenho certeza, vamos ter quórum aqui. Observo que vários deputados, ausentes na última sessão, estão presentes agora. A Oposição está, quase em sua totalidade, presente para aprovar este projeto. E, com fé em Deus, vamos aprovar este projeto de fundamental importância para a polícia e os bombeiros.

Então, tudo o mais, além disso, é retórica política.

Efetivamente, não podemos respeitar tampouco aceitar alguns tipos de colocação feitas aqui neste Plenário.

É uma questão muito simples. Hoje, a Polícia vai ter a oportunidade de observar o voto de cada deputado. Tenho certeza de que esta Casa, hoje, na totalidade, vai aprovar este projeto tão importante para os bombeiros e para a polícia.

Vim a esta tribuna para dizer isto e para dizer algo mais.

Por outro lado, estou vindo, quase todas as semanas, para falar da questão do Centro de Convenções do Estado da Bahia. Para completar a novela, o Estado, desde a semana passada, cogita a possibilidade de construir um novo centro de convenções. Espero ser isso verdade, porque a Bahia precisa deste espaço. O turismo do nosso Estado necessita de um espaço como esse.

O governo, primeiro, falou em construir o novo centro de convenções na Cidade Baixa, na área da Marinha.

Segundo, o governo disse que iria demolir o atual Centro de Convenções e faria um novo no mesmo lugar.

E, por último, o governo fala em construir um novo centro de convenções no Parque de Exposições. Em outra forma de se expressar, o governo, agora, diz ter uma chance de construir o novo centro de convenções no Parque de Exposições da nossa capital.

Mais uma vez, venho a esta tribuna para cobrar do governo do Estado, melhor, para cobrar ao governador Rui Costa a definição as seguintes questões.

Quando será iniciada a construção do novo centro de convenções? Onde o mesmo será construído? E há o mais importante: quando teremos o novo centro de convenções em nossa capital?

Observem, as perdas econômicas e as perdas financeiras, para o setor turístico e para o trade turístico, são incalculáveis. Tais perdas não dão tempo de serem recuperadas durante este ano ou no próximo ano. São perdas que já comprometem os próximos três, quatro ou cinco anos seguintes, a fim de que os grandes eventos, simpósios, congressos cheguem à nossa capital.

Como falei, todos esses grandes congressos precisam de três, quatro ou cinco anos de planejamento antecipados e isso inclui a escolha da cidade onde ocorrerão esses simpósios e esses grandes congressos.

Com a falta do atual Centro de Convenções do Estado da Bahia, a Bahia vem perdendo, meus amigos, muito. A Bahia não pode mais esperar.

Quase toda semana, deputado Luciano, eu recebo pessoas de trades, donos de hotéis e de agências para falar a respeito deste assunto.

Vamos observar agora, presidente Marcelo Nilo, no final do ano, os números reais da economia em relação ao turismo em nosso Estado. Vamos observar, com clareza, as perdas da capital e do nosso Estado pela falta de um centro de convenções em nossa capital.

Então, mais uma vez, venho, com todo o respeito, mas cobrando ao governador do Estado, ao governo Rui Costa que, efetivamente, tome uma decisão sobre onde será construído o nosso Centro de Convenções, e comece essa obra tão importante para o Estado da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Zé Raimundo pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, Sr^{as}. Deputadas, Srs. Deputados, os que nos assistem pela *TV Assembleia*, eu gostaria, mais uma vez, de louvar o esforço do nosso governo, das lideranças partidárias, das lideranças das Corporações da Polícia Militar, todos viabilizando, mais uma vez, uma medida legal, uma medida que regulamenta, que propicia aos militares, ao Corpo de Bombeiros uma ascensão na sua carreira em função da LOG, da Lei de Organização da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, que foram aqui votadas nesta Assembleia.

Eu tenho certeza que haveremos de aprovar esta lei hoje, evidentemente com a colaboração da Oposição, pela dispensa de formalidades. Mas, esta é uma tarefa de todos nós deputados, porque se trata de uma responsabilidade que temos assumido nesta Casa e aprovado todas as leis que o governador manda em benefício da Bahia, Sr. Presidente.

Gostaria também de, nesta oportunidade, nesta breve intervenção, de agradecer ao povo de Vitória da Conquista que me honrou nestas eleições com 70.513 votos. Não conseguimos o objetivo de sermos eleito prefeito, mas tivemos o reconhecimento e o respeito, mesmo dos eleitores que não votaram em nós, pela nossa contribuição àquela cidade, pela revolução que fizemos num projeto vitorioso, que transformou Vitória da Conquista numa capital regional, hoje é capital do Sudoeste da Bahia, uma cidade que cresce, se desenvolve, um polo de saúde, de educação, de serviços e comércio, graças ao projeto do nosso Partido, o Partido dos Trabalhadores, que governou aquela cidade por 20 anos, vai se completar agora no dia 31 de dezembro.

Ficamos felizes e queremos aqui deixar os nossos agradecimentos aos líderes do PSD, ao nosso querido senador Otto Alencar, a Clóvis Ferraz, a Gilsete Moreira, dirigente daquele Partido, também ao PP, ao companheiro Rodrigues Moreira, ao Pastor Sérgio Emílio que dirige também aquela agremiação; ao Dr. Ladelha, também, dirigente do PP. Deixar também meus cumprimentos e agradecimentos ao PFL, ao companheiro Nagib, ao PR, companheiro Luciano Gomes e também aos partidos que nos apoiaram no segundo turno, PSB, PCdoB e vereadores de outros partidos.

Portanto, Sr. Presidente, foi um processo democrático, respeitamos a opinião pública de Vitória da Conquista, os eleitores que, de forma soberana, escolheram outro projeto ao qual faremos oposição, mas uma oposição responsável, diferentemente do candidato que ganhou as eleições, que só sabe falar mal da cidade, é uma prática dele, só fala mal da cidade. Nós haveremos de fazer uma oposição na base da democracia, respeitando as instâncias democráticas e vamos trabalhar eu e Waldenor Pereira, deputado federal, para projetos importantes que o governador tem lá para Vitória da Conquista, como é o novo aeroporto, como é também a grande obra da Barragem do Catolé e ainda a expansão da saúde e da educação.

Finalmente, Sr. Presidente, eu trago para esta breve intervenção uma moção de congratulações em homenagem à passagem dos 176 anos da querida Vitória da Conquista, a ser comemorada exatamente no dia de amanhã. Lá estaremos nos atos oficiais e também conversando com a população.

São 176 anos que aquela cidade comemora. Uma cidade que nasceu entre o Rio de Contas e o Rio Pardo, o chamado sertão da ressaca, e que teve na sua história momentos importantes, como foram os anos 40, quando se abriu ali a Rio-Bahia; os anos 60 quando foi feita a pavimentação da Rio-Bahia, com a presença do Presidente João Goulart, e nos anos 70, com o café.

Tive a honra de participar também de uma grande revolução da cidade, que foi a implantação da Universidade do Sudoeste da Bahia, da qual sou professor. E ali, a partir das universidades estaduais, a cidade cresceu, desenvolveu-se e hoje é um grande polo. Para os senhores terem uma ideia, Vitória da Conquista tem hoje três cursos de medicina: dois cursos nas universidades públicas, na federal e na nossa universidade estadual, e mais um curso particular. E um quarto curso está sendo autorizado.

Isso mostra a grandeza e sobretudo a contribuição que demos àquela cidade, Sr. Presidente. Tenho certeza de que Conquista vai reconhecer a presença histórica do nosso partido e do projeto. Nessa oportunidade, deixo um abraço para o prefeito Guilherme Menezes e também para o presidente da Câmara, Gilzete Moreira, a quem dedico esta moção e peço para que seja transcrita aqui nos Anais desta Casa.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Grande Expediente.

Com a palavra, pelo tempo de 25 minutos, meu querido amigo, nobre deputado, Targino Machado.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, prazer vê-los aqui hoje, porque ontem tive que saudar as poltronas vazias desta Casa. Srs. da imprensa, das Galerias Paulo Jackson, Srs. representantes da Polícia Militar do Corpo do Bombeiros. Fiquem certos de que os projetos dos senhores devem ser votados e aprovados aqui hoje. Não porque sejam prioridade para o governo. Não. Porque segurança pública não é prioridade para esse governo: Polícia Militar, Corpo de Bombeiro. Provavelmente, é porque eles vão colocar aí requerimentos de urgência para aprovação de projetos, vão colocar projetos do governo na Ordem do Dia, sem discussão. E esta Casa, há muito tempo, deixou de ser Poder Legislativo e passou a ser um apêndice, uma secretaria de governo, infelizmente.

Quero saudar a todos os senhores e senhoras que nos assistem através da TV Assembleia, saudar os Srs. funcionários da Casa e chegar a esta tribuna dizendo que no momento temos uma nuvem negra estacionada sobre as cabeças dos arautos, daqueles que se acham e se dizem vestais da política nacional. E essa nuvem é aquela nuvem negra que não permite projeções e perspectivas dos políticos superiores ao dia de hoje. E isso por quê? Porque no alvorecer, na aurora do novo dia, podem surgir fatos, levados pela Polícia Federal, quando bate à residência dos políticos. Essa Polícia Federal pode mudar tudo no dia de amanhã.

Então as perspectivas e projeções dos políticos estão reduzidas ao dia de hoje, porque o dia de amanhã não pertence mais a Deus, mas à Polícia Federal, ao Ministério Público Federal, ao juiz Sérgio Moro com a sua Lava Jato. E quem hoje se julga imbatível, detentor de grandes aceitações populares está preocupado, porque amanhã tudo pode mudar. Creiam os senhores que não é pequena a preocupação de todos os setores da política com as delações que estão sendo negociadas. Especialmente a delação da Odebrecht, já assinada por 70 executivos daquela empresa e por seu proprietário, Marcelo Odebrecht. Falta ser homologada pelo ministro Teori Zavascki.

Falo essas coisas para dizer aos senhores que me ouvem e me assistem, através da *TV Assembleia*, nós temos o Poder Legislativo da Bahia representado por esta Casa, a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, que padece, está na UTI por falta de produtividade. A culpa não é da Mesa Diretora, não é do Sr. Presidente, que por vezes tem provocado, tem instado esta Casa a trabalhar, mas é por conta do conjunto da ópera. Porque não é o voto de um, dois ou três que determina, mas o voto da maioria. E a maioria não tem demonstrado interesse em fazer esta Casa funcionar.

Ainda há pouco discutia com o Líder do governo a possibilidade de aprovação de um projeto que visa regulamentar a idade mínima e máxima de ingresso na Polícia Militar. Eu proponho 40 anos, mas este projeto pode ser emendado e pode ir para 32, 33 ou 34 anos, deputado Zé Neto. Mas o problema é que esta Casa está fadigada, cansada, esta Casa não quer trabalhar. V.Ex^a me apresentou razões para que este projeto não fosse aprovado por esta Casa. Mas há outros dois projetos de minha autoria, um deles determina que a Secretaria da Saúde do Estado, o Cofre do Estado seja obrigado a pagar a internação na rede privada da mulher diagnosticada com gravidez de alto risco. Se ela não encontra vaga na rede pública de saúde, o Estado tem a obrigação de interná-la na rede particular.

Mas falta sensibilidade a esta Casa, aos “Srs. Representantes”, entre aspas, do povo. Quem determina é o governo que tem mais de 40 Srs. Deputados nesta Casa. São deputados, desculpem-me a sinceridade, que se transformaram em deputados lagartixa, que só estão para balançar a cabeça afirmativamente, dizendo “sim, senhor” ao chefe desta Casa é o governador, o líder desta Casa é o governador, o presidente desta Casa é o governador, porque, infelizmente, é assim que funciona esta Casa. Funciona por maioria, e quem tem maioria aqui para determinar o que vai ser aprovado, o que vai ser discutido, é o governo do Estado. Infelizmente esta Casa precisa ter alguém com coragem e ousadia para denunciar. Fico feliz em saber que a Comissão de Constituição e Justiça se reuniu hoje, depois de tanto eu criticar essa comissão dizendo que, dia 12/11, faria aniversário de 6 meses sem ter feito nenhuma sessão ordinária. E aqui está o ilustre presidente Joseildo Ramos, não sei se houve deliberação. Quero dizer isso na presença dele, que é um operário da política, é um trabalhador e um deputado competente. Podemos discordar no plano das ideias, mas ninguém pode deixar de reconhecer os méritos do deputado Joseildo. Mas é ele que precisa vir aqui fazer o diagnóstico por que a Comissão de Constituição e Justiça desta Casa passou quase 6 meses sem funcionar. Se a Comissão de Constituição e Justiça não funciona, esta Casa não funciona. Esta é a Casa das leis, o principal papel

dela é o papel legiferante da construção das leis. E quando ficam cerradas as portas da Comissão de Constituição e Justiça esta Casa passa recibo da incompetência, da tolerância, com o descaso dos Srs. Deputados.

Mas este é o Poder Legislativo. E o Poder Executivo, que não deveria ser mais importante do que o Poder Legislativo? Infelizmente, pelas razões que já apontei, existe uma superioridade do Poder Executivo sobre esta Casa. Esta Casa não é um Poder independente, os poderes na Bahia não são harmônicos, são desiguais. Imagino que nós todos, deputados de Oposição, sonhamos com uma Bahia libertária, uma Bahia justa, uma Bahia onde todos os políticos se preocupem com a qualidade de vida da população. Mas temos um Poder Executivo que permite o caos em todos os serviços públicos essenciais do Estado. Quem pode tapar o sol com a peneira e dizer que o caos não está presente na saúde pública? A dificuldade que tem uma mulher, uma senhora, para fazer uma cirurgia de redução de mama, embora o peso dessas mamas esteja a provocar dor física, dores de coluna, dores cervicais, irradiações nervosas para os braços. E, patologicamente, a pior das dores para as mulheres que têm as mamas abundantes, avantajadas, a pior das dores é a dor que aflige a alma, o coração e que afeta a autoestima.

Mas tenho um projeto, deputado Zé Neto, que visa levar a responsabilidade para o governo do Estado fazer as cirurgias dessas senhoras quando tiverem de forma multidisciplinar o diagnóstico da necessidade da cirurgia. Esta Casa é como aqueles três macaquinhos: ninguém fala, ninguém vê, ninguém ouve, ou, pelo menos, ninguém escuta, ninguém enxerga e ninguém tem a coragem de falar, e me apontam o dedo muitas vezes dizendo que sou doido ou que sou polêmico.

Quero de novo dizer que esta Casa precisava de mais polêmica e de mais doidos, porque o doido pela sua falta de sanidade mental, entre aspas, tem a coragem e a ousadia de falar a verdade em qualquer lugar e a qualquer hora. Não tenho relação de dependência com ninguém, não estou preso em bolso de ninguém. Fui eleito pelo povo da Bahia que me conhece, 90% das pessoas que votaram em mim já tiveram a oportunidade de apertar a minha mão e receberam ou me deram um abraço. Diferente dos outros deputados que não trabalham tanto, não viajam tanto e não tenho nada com isso porque não sou juiz de ninguém. Eles têm quem lhes dê os votos e por isso chegam a esta Casa não para defender o povo, mas para defender os chefes e chefetes que os elegeram para esta Casa.

Infelizmente, de igual modo o caos na educação. Os índices educacionais na Bahia são terríveis, somos comparados ao Piauí e ao Maranhão. Na Bahia, acumulamos índices negativos de violência porque não é privilégio da Bahia, mas a Bahia é proporcionalmente um dos mais violentos Estados da nossa Federação. É culpa da polícia? Não. É culpa da falta de aparelhamento das unidades operacionais, é falta de investimento numa coisa que é básica para se fazer que é a segurança pública, que é investimento em inteligência. Como é que um estado vive muito tempo com um colete à prova de bala para dois policiais e com viaturas sendo abastecidas de 10 em 10 litros no posto de gasolina? Viaturas no interior da Bahia precisando passar nas casas comerciais para fazer vaquinha para botar 10 ou 20 reais de combustível.

Essa é a segurança pública que nós merecemos? Não, num país onde a carga tributária é a maior do mundo. Isso é só o Poder Legislativo e o Poder Executivo que estão mais próximos do povo, o Poder Legislativo está mais próximo do povo, é mais visitado e fiscalizado pela mídia; se é mais visitado e fiscalizado é mais criticado pela mídia. Isso não é ruim.

Gostaria de ver essa tribuna de imprensa mais aparelhada por todos os veículos de comunicação. Que esta Casa precisa ser mais fiscalizada e mais vigiada é fato, mas o pior dos poderes é o Poder Judiciário. Esse é uma caixa de segredos. Esse é uma caixa-preta.

O Poder Judiciário, decano desta Casa que ora nos preside, deputado Jurandy, por culpa também de V. Ex^a, o Poder Judiciário é uma casa de prima, de compadre e de comadre, que não é fiscalizada por ninguém. No passado, nós provocamos diversas vezes, nesta Casa, que se aprovasse o controle externo do Judiciário. V.Ex^a é testemunha disso. E os donos do Poder Legislativo de outrora não permitiram.

Na verdade, quem está no poder central quer aparelhar o Poder Judiciário com os seus apaniguados, porque ter poder no Brasil não é ter deputado ou senador. Ter poder no Brasil é ter juiz, é ter desembargador nas cadeiras dos tribunais. É ter ministro. É ser dono da pena da caneta do juiz e do ministro. Essa é a grande forma de apresentação do poder no Brasil. Fico triste quando vejo essa cara.

Eu disse, há pouco, aos policiais, lá no meu gabinete, que eu não tenho a capacidade de diagnóstico, embora médico, da cara desse senhor como eles têm. Quem olha para a cara desse moço sabe que ele não é sério, mas preside o Supremo Tribunal Federal. Quem faz o que ele fez com Dilma, na sessão do impeachment, aquela sessão memorável, com os sorrisos no canto da boca, tapando a boca ao falar para não ser feita a leitura labial, ele e Renan. Dize-me com quem andas e eu te direi quem és. E quem anda com Renan, quem cochicha com Renan dorme de cabeça para baixo. É morcego igual a Renan. Morcego que quer subtrair o sangue do povo brasileiro. Essa é a vergonha.

Agora, pior do que isso ainda, pior do que está vai virar. Pior do que está vai ficar. Porque, se hoje já somos infelizes com Lewandowski presidindo o Supremo, a desgraça pior está para chegar, deputado Marcelo Nilo. Daqui a dois anos vai assumir a presidência da mais alta corte, inexoravelmente, Dias Toffoli, Dias Toffoli, representante mor do petismo do Brasil na justiça. Pode balançar a cabeça. Vai assumir um moço que não é magistrado, nunca foi magistrado, fez concurso de juiz duas vezes e foi reprovado. Mas foi levado para o Tribunal pela caneta do presidente Luís Inácio Lula da Silva, para prestar serviço, não para a sociedade, que paga o seu salário, mas para prestar serviços escusos. Escusos.

Deputado Marcelo Nilo, eu vou deixar de falar do ministro Dias Toffoli no dia em que ele vier a público e trazer as notas fiscais da reforma da sua casinha que se transformou numa mansão. E ele ainda não trouxe. Ele ainda não trouxe. Ele ainda não trouxe. Deputado Marcelo Nilo, eu não tenho medo de morrer, imagine de ser preso. Não tenho medo.

Digo sempre que não tenho medo de estrela, não tenho medo de coronel, não tenho medo de major, porque se eu tivesse medo de estrela, não apreciava tanto as noites estreladas. Aprecio, sim. (Palmas)

Como é que se confia, deputado Luciano Ribeiro, advogado, caudilho, que, diferentemente dos magistrados, por dever de ofício, pode fazer o direito parcial, o direito de partido. Mas, o presidente do Tribunal, os magistrados, os juízes não têm esse direito. Precisam ter a sua conduta norteadas pelos princípios da isenção, do equilíbrio e da tranquilidade. Infelizmente, isso passa distante do Poder Judiciário nacional.

Deputado Jurandy Oliveira, eu o conheço há muito tempo. Tenho notícia de que V.Ex^a, no tempo da calça curta, estudou no antigo Colégio Agripina de Lima Pedreira, em São Gonçalo. Morou na casa de tia Maria Fonseca, no Gravatá. Lutou e batalhou para chegar onde está. Sou testemunha de que houve muita luta. Mas V.Ex^a não vai se aposentar com os salários dos marajás do Tribunal de Justiça da Bahia.

Quero voltar a esse assunto. Isso é uma imoralidade. Causa-me asco. Não me causa raiva. Quem precisa ter raiva são eles de mim, porque no dia em que eles tiverem raiva de mim, o problema será deles. No dia em que eu tiver raiva deles, o problema passa a ser meu. Não quero ter raiva. Eu tenho é nojo. Nojo do Tribunal.

Os policiais estão aqui mendigando, pedindo por favor o que é de direito. Enquanto isso, a Sr^a Maria Tereza Carvalho Valverde foi a maior remuneração líquida paga em outubro do ano passado no Tribunal de Justiça: R\$ 73.939,00.

O segundo maior salário foi pago a Leonardo Santos Vilela, que ocupa a função de sub-tabelião na Assessoria Jurídica da Corregedoria do Judiciário em Salvador: R\$ 69.525,00.

Vergonha no Diário Oficial desses dias: “*A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, à vista do que consta no processo de número TJ-ADM-2016/35743, RESOLVE...*”, olha a imoralidade, “*(...) conceder aposentadoria voluntária à servidora Airia Mota Alves, cadastro nº 500.521-3, Atendente de Recepção, Comarca de Salvador, entrância final, classe C, número 29, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, e proventos integrais de R\$27.891,42...*”

Major, coronel, capitão, oficial da Polícia Militar não estão valendo é nada, estão ficando com as frações.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Concluo. Sr. Presidente. As mazelas do Poder Legislativo são apontadas a todo momento. E o repto, o desafio que eu lanço a V.Ex^a e a cada um dos nossos pares: vamos aprovar o controle externo do Judiciário nesta Casa. V.Ex^a já defendeu junto comigo, nos idos de 94 até 2000. V.Ex^a defendia esse controle externo do Judiciário, e precisamos cumprir o nosso rumo.

Concluo dizendo que a Sr^a Airia Mota Alves tem de salário de aposentadoria quase R\$ 28 mil, o vencimento básico é R\$ 5.052,00, mas ela tem uma vantagem pessoal – está no Diário Oficial – AFI Símbolo de R\$ 18.193,69.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Não quero desmerecer o trabalho, o papel, a função de ninguém, mas os senhores já devem ter entrado no Tribunal de Justiça pela parte do fundo, pelo estacionamento, vemos uma série de motoristas que ficam jogando damas, gamão, carta e carteados. Às vezes, ficamos com pena deles dizendo que os pobres coitados estão no sol. Entretanto, não há um pobre coitado daquele que não esteja ganhando o dobro do que ganha um coronel da Polícia Militar. Que Deus ajude os senhores militares! V.S^{as} arriscam as suas vidas, não precisavam estar aqui, porque ...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, por favor.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Vou concluir. V.S^{as} tomam conta, cuidam da vida da sociedade e este Parlamento foi eleito e constituído para cuidar da vida dos senhores, mas, infelizmente, não tem exercido esse mister com a responsabilidade, envergadura pessoal e estatura política que deveria ter.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Sr. Deputado, primeiro gostaria de dizer que V.Ex^a tem o direito de falar o que quiser da tribuna. Essa é uma prerrogativa do deputado. Contudo, eu gostaria de ponderar com V.Ex^a, de dizer a V.Ex^a que a Casa, a Assembleia Legislativa, está funcionando dentro da sua normalidade. É obvio que tivemos um período eleitoral, e os deputados deram prioridade – como em todo Parlamento do mundo – às eleições. Então, se a Comissão de Constituição e Justiça não está funcionando, eu faço um apelo aos seus membros para que ela volte a funcionar.

Esta Casa, inclusive, nunca teve tantas sessões especiais como neste período. Ontem, inclusive, tivemos uma sessão em defesa da vaquejada, que faz parte da cultura nordestina. No Plenário – V.Ex^a está vendo aqui – os deputados presentes. É óbvio que é uma Casa política, e muitas vezes os parlamentares não dão quórum, não dão presença numa estratégia regimental. O projeto dos militares não foi... Esses 2 projetos não foram votados ainda por falta de quórum, em razão de uma estratégia política. Não foi atuação da Oposição, nem do Governo. Os projetos, inclusive, estão com as dispensas de formalidade.

Hoje, eu mesmo liguei para todos os Líderes do Governo e da Oposição, através do deputado Sandro Régis, para que estivessemos presentes hoje, para podermos votar esses projetos de interesse da sociedade.

Quero dizer a V.Ex^a que o deputado que não votar esses projetos, hoje, terá o seu dia cortado. Eu não sou chefe dos deputados, eu não posso obrigar o deputado a estar aqui presente, como não posso obrigar o deputado a estar presente nas comissões, V.Ex^a sabe disso. O que eu faço é apelar, o que eu faço é pedir e cortar o ponto. Não que o ponto vá ter alguma influência material, mas tem uma influência política, tem uma influência perante a sociedade.

Eu diria a V.Ex^a que, com relação ao Parlamento, apesar de respeitar as ponderações de V.Ex^a... V.Ex^a tem todo o direito – até acho positivo – fazer as

denúncias aqui no Parlamento. É assim que se faz, melhor falar da tribuna do que ficar falando nos corredores. Essa é uma das qualidades de V.Ex^a.

Na condição de presidente, eu gostaria de dizer que a Casa está funcionando. Todos os projetos do Poder Executivo, do Poder Judiciário, do Ministério Público, dos tribunais foram votados antes das eleições. Temos apenas poucos projetos do Poder Executivo, e não tem nenhum projeto que esteja dando prejuízo à sociedade. O projeto, hoje... Gostaria muito, inclusive, de parabenizar o deputado Sandro Régis, que recebeu um telefonema do secretário da Fazenda, pedindo que esse projeto fosse votado. Salvo engano, também do secretário da Fazenda do município de Salvador, pedindo que o projeto fosse votado, porque é de interesse da sociedade. O deputado Sandro Régis – gostaria de registrar – é um dos melhores Líderes de oposição desta Casa, atuante e aguerrido, mas ponderado nos momentos de defender o povo baiano, e eu gostaria, inclusive, de parabenizar V.Ex^a.

Com relação ao segundo assunto...

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com relação ao segundo assunto, eu gostaria de dizer a V.Ex^a que continuo favorável ao CNJ estadual, continuo favorável ao controle externo do Poder Judiciário.

O Sr. Targino Machado:- Favorável ao controle?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Continuo! Tenho a mesma posição política que tinha quando era deputado de Oposição, agora isso depende da maioria. Se algum deputado apresentar esse projeto, pode ter certeza de que eu coloco para votar, vai depender da maioria.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Quem pediu primeiro a questão de ordem?

O Sr. Targino Machado:- Eu já tinha pedido, presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Quem pediu primeiro foi o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Targino Machado:- Eu pedi primeiro!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Foi o deputado Rosemberg Pinto! Deputado, eu estou aqui em cima.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Eu cedo a minha questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Targino Machado:- Eu sentei aqui pedindo, Excelência!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Luciano Ribeiro, V.Ex^a cede a sua questão de ordem para o deputado Targino Machado?

O Sr. Luciano Ribeiro:- Cedo, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado:- Primeiro, quero agradecer ao deputado Rosemberg Pinto e ao deputado Luciano Ribeiro.

Quero dizer que o direito de sonhar é inalienável. Eu sonho com os poderes todos da União diferentes na forma e no modo como estão sendo conduzidos no momento. Mas, quero dizer a V.Ex^a que o meu coração ainda é capaz de sangrar, e ele sangrou de dó, de piedade de V.Ex^a por ter de vir aqui justificar questões inerentes a esta Casa. Eu fiz questão de dizer ali, da tribuna, que a culpa não era da Mesa Diretora e de nenhum deputado, mas da falta de vontade do conjunto da ópera. Então, lamento que V.Ex^a tenha tido a necessidade de querer justificar, porque creia que para mim não seria necessário V.Ex^a trazer essa justificativa, porque o conheço, e o conheço bem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, a minha questão de ordem baseia-se, mais uma vez, no parágrafo único do art. nº 180. Ao longo do tempo, tenho debatido e me insurgido contra a forma que os projetos são aprovados em regime de urgência. Qual é a argumentação que tenho usado neste período? É a de que esse artigo, esse parágrafo diz que somente 1/3 dos projetos oriundos do Executivo poderão ser apreciados em Regime de Urgência nesta Casa.

Observa-se que ao longo do tempo o Executivo encaminha um número próprio para aprovar, naquele momento, os projetos em Regime de Urgência, aprovado o regime de urgência ele retira os demais e os devolve quando assim necessário for, não modificando a essência do projeto. O que o governo faz, na verdade, é uma forma de burlar o Regimento Interno da Casa. O fato se constata – estamos no mês de novembro – em levantamento feito pela assessoria de nosso gabinete: este ano foram votados nesta Casa 20 projetos de lei, sendo que 7 por acordo, 8 em regime de urgência, um por dispensa de formalidade, um por prioridade, e apenas 4 em tramitação normal, esses dados estão configurados em números.

Fiz uma questão de ordem a V.Ex^a no mês de junho, esta mesma questão de ordem, e V.Ex^a solicitou que fizesse por escrito, que V.Ex^a daria a resposta dentro de 15 dias. Quero, aqui, abstrair a cobrança por causa do período eleitoral, sei que todos estavam atarefados e V.Ex^a também certamente. Mas quero reiterar o meu pedido de resposta ao meu requerimento, que data de 16 de junho de 2016, para que fique aclarada essa questão do Regimento Interno desta Casa e nas aprovações das questões de urgência dos projetos oriundos do Executivo.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Luciano Ribeiro, primeiro, peço desculpas a V.Ex^a, porque estou tomando conhecimento de que V.Ex^a fez um ofício agora. Por um equívoco da minha assessoria não me entregaram. Se V.Ex^a puder me dar uma cópia, vou despachar agora, dando um prazo de 8 dias à Procuradoria da Casa para que ela possa dar uma opinião com relação ao lado jurídico. Do lado político V.Ex^a sabe que tenho uma opinião muito clara, sou contra projeto em regime de urgência, mas a liderança do governo exerce esse papel dentro

do Regimento, aliás, estou aqui há 26 anos e todos os líderes do governo faziam isso sistematicamente.

Quero registrar que houve um período de 4 anos, em que 100% dos projetos oriundos do governo foram aprovados em Regime de Urgência. Então está no Regimento e eu não posso também não atender à Oposição quando faz seus requerimentos baseados em artigos do Regimento ou da Constituição. Politicamente sou contra, acho que todos os projetos deveriam passar pelas comissões, mas esse artigo foi criado na época em que Jorge Hage era Líder da Oposição e o então deputado Luís Eduardo Magalhães era presidente da Assembleia, esse artigo foi criado e desde esse período ele é utilizado por todos os líderes do governo. Eu como presidente não posso indeferir um requerimento que está baseado no Regimento. Mas vou despachar agora mesmo para a Procuradoria da Casa dar uma opinião jurídica com relação a seu pleito.

Horário das representações partidárias. Com a palavra o Líder do PDT para falar ou indicar orador pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, a deputada Fátima Nunes falará pelo tempo de 5 minutos, mas antes eu queria registrar a presença do prefeito eleito de Guaí, meu querido amigo Rony Moitinho, que veio nos visitar, neste momento.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Fica o registro. Com a palavra a minha querida amiga Fátima Nunes, nobre parlamentar, deputada do PT.

A Sr^a FÁTIMA NUNES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, neste pouco tempo que me foi concedido aqui na tribuna, dia importante em que estamos a debater e, com certeza, a votar um projeto que é de interesse da sociedade, porque se refere ao ajuste e melhoria da nossa querida e valorosa Polícia Militar, com a presença dos representantes das suas organizações aqui no plenário desta Casa.

Quero parabenizá-los pelas presenças e dizer que estamos neste debate e com certeza no, dia de hoje, encerraremos com a votação, para a satisfação de todos que lutam para ter melhoria na sua qualidade de vida e na sua condição de trabalho.

Mas, Sr. Presidente, quero fazer um registro importante de algo que ocorreu neste final de semana e nesta minha fala quero parabenizar a juventude que hoje faz o nosso papel, sendo que soma conosco essa luta pela democracia, pela cidadania, pela garantia dos direitos.

Quero parabenizar nossa juventude por essa ação heroica, estão nesses dias nas escolas, ocupando e debatendo, convidando pessoas de experiências, de vivências na luta para estarem com eles fazendo essa caminhada histórica e mostrando que é possível e necessário lutar para combater o golpe, esse tsunami que vem a cada momento, lá praticado pelo governo temeroso tirando a cada momento os nossos direitos.

Cada hora que abrimos a internet e olhamos alguma notícia de Brasília vemos projetos e mais projetos que são encaminhados, que estão em votação, que cortam os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras. E aí, percebemos a diferença, enquanto aqui estamos lutando, debatendo mesmo no momento de crise, de caixa apertado do nosso Estado... Parabenizamos o nosso Governador Rui Costa por ter agido na gestão

com muita segurança para não faltar o salário dos trabalhadores, dos servidores públicos, para não ter nenhum corte em seus direitos e enquanto isso observamos, em Brasília, a cada momento como se fosse um trator passando por cima e derrubando todos os direitos e mais ainda com essa PEC 241, que anuncia aí o congelamento dos gastos sociais com a saúde, com a educação por 20 anos. Portanto é um debate longo que naturalmente não dá para fazer nos 5 minutos, mas eu sei que meus colegas vão tratar desse tema com mais tempo.

Quero parabenizar e fazer uma observação à atitude de 2 jovens. Uma que na semana passada foi contestada por sua colocação pelo graúdos do País e por ser filha de petista, mas que desafiou o Congresso Nacional a mostrar porque existem as ocupações nesse momento, a mostrar que é necessário que o Brasil continue investindo na saúde, na educação, porque a educação é a prosperidade e nenhum país se desenvolveu sem esse trabalho nas universidades, nas escolas, nas escolas técnicas.

Sabemos o quanto foram importante esses 13 anos quando foi criado o ENEM, o Prouni, foram criadas as oportunidades de implantação de novas universidades para que os nossos jovens, filhos de pobres, filhos de mecânicos, de enfermeiras, trabalhadora doméstica pudessem ter seu título superior nas mais diversas profissões da nossa sociedade.

Enquanto temos esse grupo de jovens que lutam diariamente, vimos a situação daquela jovem que no processo do ENEM foi presa por estar cometendo um crime, porque queria usurpar o conhecimento, o direito.

Portanto, eu queria parabenizar a nossa jovem Ana Júlia e, de certa forma, mandar um recado para a jovem Sofia: tenha cuidado e se preocupe com o Brasil porque o Brasil é de todos nós.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Horário das Lideranças Partidárias.

Com a palavra o Líder do Governo e da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PP/PCdoB/PSB/PTN para falar ou indicar orador, pelo tempo de 13 minutos.

O Sr. Alan Castro:- Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder da Minoria ou o Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PRB/PSC/PV para falar ou indicar orador, pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, falará por 6 minutos o deputado Prisco; e pelos 6 minutos restantes, o deputado Carlos Geilson.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Soldado Prisco, pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. SOLDADO PRISCO:- Sr. Presidente, boa-tarde aos parlamentares, aos membros da Polícia Militar e a todos da plenária.

Hoje é um dia importante para a nossa corporação. Um projeto histórico está para ser votado nesta Casa, um projeto para o qual houve um trabalho imenso da Oposição nesta Casa, aqui eu quero ser justo.

Da forma como o projeto chegou a esta Casa não era satisfatório para os policiais militares. Fui procurado pelos policiais, retiramos a urgência da pauta, conseguimos fazer reuniões com os policiais, trouxemos o resultado dessas reuniões para a Assembleia Legislativa, à Liderança do Governo, através do deputado Zé Neto, e lá foi decidida uma reunião com o comandante-geral da corporação, que se estendeu por todo o dia, para debater esse projeto.

Debatido o projeto, foi enviado para esta Casa pronto para ser aprovado, com o aval da Bancada da Oposição, que desde o início quis votar esse projeto. Inclusive, duas das emendas ao projeto que foram apresentadas são minhas, trabalhadas com o grupo dos policiais.

Esse projeto veio para esta Casa e está tramitando há quase 20 dias, e, realmente, só não foi votado ainda porque o Governo do Estado não colocou aqui a sua bancada para votar, para dar o quórum necessário. Dizer que a Oposição não quer votar... a Oposição já assinou a dispensa de formalidades – inclusive, eu próprio assinei em nome do Líder Sandro Régis – para que o projeto fosse votado.

Esperamos que no dia de hoje haja quórum nesta Casa. Com certeza, a Oposição votará favoravelmente ao projeto como colocou desde o início, sendo favorável ao projeto. Queremos votar o projeto, desde a semana passada isso foi colocado. E esperamos que os parlamentares da Base do Governo deem o quórum necessário para ser votado, porque toda a categoria será beneficiada por esse projeto, da base da nossa categoria, que são os praças, até o tenente-coronel.

Foi discutido das 9 horas até as 18 horas no comando-geral da Corporação, com a participação de todas as entidades de classe. Uma discussão ampla em que chegamos ao consenso para a votação desse projeto. Não tenho dúvida de que havendo quórum o projeto será votado e toda a categoria será beneficiada.

Sr. Presidente, a Oposição vota favoravelmente ao projeto, que tem emendas de iniciativa nossa. Fomos nós que discutimos o projeto e o trouxemos para cá. Temos total interesse em votar o projeto, agora, não queiram jogar para a Oposição a responsabilidade que não é dela. A Oposição quer votar, assinou a dispensa de formalidades.

Sr. Presidente, quero deixar clara aqui, também, a situação da segurança pública solicitando explicação sobre por que os veículos roubados que a Polícia Militar estava recuperando nas ruas não estavam sendo guinchados? A central, a Cicom, informava ao policial que a empresa que faz o transporte, que guincha, não está sendo paga pelo Governo do Estado. Que era para deixar o carro na rua, esvaziar os pneus e deixar lá, para que o próprio marginal não viesse roubá-lo de novo. E isso está sendo feito há quase, 20 dias. Vários carros estão na rua. E esse absurdo está acontecendo.

Solicitamos explicação ao secretário da Segurança Pública, e a explicação que ele deu é que o contrato está sendo licitado.

E os carros que, nesse período, estão sendo recuperados, como ficarão? Várias fotos de carros já encaminhamos para a imprensa. Esses carros estão nas ruas, largados. Essa é a preocupação que o governo tem com a segurança pública deste Estado: nenhuma!

A cidade de Maragogipe, por exemplo – estivemos lá na semana passada –, vive um caos, com policiais sendo expulsos das suas residências. Dois policiais tiveram que se mudar com urgência urgentíssima porque na cidade de Maragogipe a criminalidade tomou conta, literalmente. Bandidos andam armados a qualquer hora do dia ou da noite em Maragogipe, e, simplesmente, não vemos o governo fazer nada nesse sentido. Aqui, no Recôncavo Baiano, nenhuma providência vemos ser tomada.

Cadê a responsabilidade com a segurança pública desse governo? Nenhuma responsabilidade! Além de quebrar acordo, de não cumprir acordos com os servidores públicos que vem fechando desde 2014, o governo simplesmente trata a segurança pública da forma como está tratando.

Os carros roubados que fiquem nas ruas, que retirem os pneus, que liguem para o policial que está ali, exercendo a sua função, e diga para ele que não pode recolher o veículo. Se aquele veículo ficar ali, ele terá que esvaziar os pneus para que não seja roubado novamente. Que absurdo é esse! A que ponto chegamos em relação à violência em Salvador!

Isso tem que ser mudado, companheiros. A sociedade baiana tem que saber da realidade da violência que impera, hoje, em nosso Estado.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, eu gostaria de fazer um apelo: quando um deputado estiver na tribuna, que os deputados o ouçam, e cada um toma a sua decisão política. O deputado Prisco tem o direito de falar o que ele quiser. Então, quem quiser discursar ali, discursa. Faço esse apelo.

Com a palavra o nobre deputado Carlos Geilson, pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Srs. Deputados...

(Vários deputados discutem no Plenário.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Só um segundinho.

Deputado Zé Neto e deputado Prisco, faço um apelo a V.Ex^{as}. Srs. Deputados, o deputado Carlos Geilson utilizará a tribuna, faço um apelo a V.Ex^{as}.

Com a palavra V.Ex^a, deputado.

O Sr. CARLOS GEILSON:- O.K., Sr. Presidente, muito obrigado.

Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, senhores nas Galerias, colegas da imprensa, quero dizer que subo a esta tribuna para trazer uma preocupação. Nós, que caminhamos, que rodamos por este Estado, constatamos o péssimo estado de conservação das nossas estradas. O governo Rui Costa peca e peca feio nesse quesito. Nós temos estradas na Região Sisaleira, algumas sendo recuperadas de forma tímida, que não satisfazem, não atendem à expectativa da população.

A Estrada do Feijão em alguns trechos está em precárias condições. Essa estrada, que já foi orgulho de nós, baianos, hoje, padece. E quantos baianos não já perderam pneus ou ficaram na estrada, atrasaram suas viagens, devido às precárias condições da Estrada do Feijão?

Pelo distrito de Bonfim de Feira passa uma BA que vai da Estrada do Feijão à sede do município, de conhecimento do Líder do Governo, deputado Zé Neto, na qual até agora nada foi feito. Uma vergonha, um absurdo!

Falo também da estrada que liga Santo Amaro a Saubara. Lá está o Balneário de Cabuçu, a verdadeira praia dos feirenses. Lamentável, senhores e senhoras!

Pergunto: por que os governos têm tanta ojeriza àquele balneário? Agora que está chegando a alta estação é lamentável, é lastimável o estado de conservação, e isso é de conhecimento do governo.

Mas quero, mais uma vez, trazer a esta tribuna um alerta ao governador Rui Costa e ao secretário de Infraestrutura para que mandem recuperar essa BA. Eu falei de algumas que estão aqui mais próximas de nós, mas essa é uma situação que permeia todo o Estado da Bahia.

O deputado Prisco falou da situação da segurança pública em nosso Estado, de cidades que têm apenas um ou dois policiais, de cidades que nem viatura têm, e assim a população fica à mercê do crime organizado. Os assaltos que se sucedem a bancos, os caixas eletrônicos que são estourados agora não apenas nas madrugadas, mas em qualquer hora do dia.

Esse é o retrato do descalabro dessa administração. Vai mal na segurança pública e, por outro lado, leio hoje que o próprio Partido dos Trabalhadores está emparedando o secretário da Educação, o senador Walter Pinheiro. Senador, o melhor que o senhor faz é voltar para Brasília, onde pode muito bem representar o povo do nosso Estado, porque foi reprovado como secretário da Educação.

Estamos falando de educação e segurança pública, mas a infraestrutura deste também Estado é terrível. Quero chamar a atenção, mais uma vez, do governador Rui Costa: pelo amor de Deus, aqui foi aprovado um empréstimo internacional com a alegação de que o governo investiria na conservação de nossas estradas. Onde foi aplicado esse dinheiro? Dizem que o dinheiro não saiu, mas o Tesouro tem condições, pelo menos, de manter, de recuperar as principais BAs do nosso Estado.

Vivemos uma situação crítica e não vemos boa vontade desse governo. O governo está mal com a sua base – e noto que deputados governistas não têm vindo para aprovar os projetos ou para dar quórum – e querem jogar nas costas da Oposição, como se tivéssemos a obrigação de dar quórum para aprovar os projetos.

Quer dizer, não basta apenas a Oposição não criar dificuldade, ainda tem de botar deputado nesta Casa para aprovar projetos. Então deixemos de ser Oposição e passemos a ser governo. Acaba a Oposição nesta Casa, porque o governo, mesmo com essa maioria esmagadora, não consegue quórum para aprovar nem um projeto sequer. Mas quer jogar para a plateia e para a opinião pública ao dizer que os projetos não são aprovados porque não tem o apoio da Oposição.

Oposição é Oposição! Quem tem de dar número, de dar quórum para aprovar os projetos do governo são os deputados governistas. Se isso não ocorre, é porque há ruído na base, é porque há insatisfação. E por que há essa insatisfação? Só os próprios deputados governistas podem subir a esta tribuna para dizer. Como não vão falar, nós podemos fazer a nossa interpretação...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Para concluir, nobre deputado.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Senhores das Galerias, a obrigação de dar quórum para aprovar os projetos é dos deputados governistas. A Oposição já faz a sua parte não criando, muitas vezes, dificuldades, sendo consoante, sendo benevolente com a base governista.

A insatisfação, deputado Nelson Leal, que preside esta sessão, está aqui desse lado. Deus sabe por que esses deputados estão insatisfeitos. Creio eu que é um reflexo da sociedade baiana, insatisfeita também com esse governo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Com a palavra o nobre Líder do Governo e da Maioria ou o do PSL para falar ou indicar o orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, falarão os deputados Zé Neto e Luiza Maia durante 6 minutos cada.

O Sr. ZÉ NETO:- Boa-tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, senhores que nos assistem, especialmente as representações da nossa gloriosa Polícia Militar e do nosso glorioso Corpo de Bombeiros, inicialmente, peço à Oposição, em relação a esses dois projetos, que não solicite o quórum e assim possamos manter o acordo. Até porque, havendo a continuidade dos trabalhos, poderemos continuar a conversar.

Acredito muito no bom senso. Estou esperando que tenhamos quórum suficiente daqui a pouco, mas, se pudermos antecipar e fazer esta votação, acho que seria viável, até como um gesto de reconhecimento ao esforço feito pelas associações, pelos deputados Isidório, Prisco e demais parlamentares que participaram intensamente de todos esses diálogos que movimentaram esta Casa. E assim chegamos a um denominador comum muitíssimo favorável às duas tropas, tanto a dos Bombeiros quanto a dos PMs, duas corporações que evidentemente têm hoje um projeto arredondado, fruto de um debate muito significativo...

O Sr. Targino Machado: - Concede-me um aparte, deputado?

O Sr. ZÉ NETO:- Antes de lhe conceder um aparte, deputado Targino, quero lembrar que há um marco importante nesses dois projetos que hoje estamos apreciando. Refiro-me ao diálogo da Secretaria da Segurança Pública com as duas representações máximas dessas corporações, os dois comandos-gerais dos Bombeiros e da Polícia Militar. Destaco também que todas as associações foram ouvidas, os deputados puderam aqui se manifestar acerca desses projetos, que foram modificados em algumas situações. E isso deu condição de termos nas duas corporações militares uma ascensão, um fluxo de carreira mais adequado e, diria, mais alinhado.

E isso possibilitará, com certeza, uma melhor autoestima, uma melhor confiança de todos aqueles que participam da PM e dos Bombeiros, com vista a terem a sua evolução de carreira respeitada e mais disciplinada.

Então quero parabenizar publicamente as atitudes do nosso secretário da Segurança Pública, Maurício Barbosa, do comandante-geral da PM, coronel Anselmo, do comandante-geral dos Bombeiros, coronel Telles, e de todos e de todas que, como atores desse processo, conseguiram trazer a esta Casa um texto arredondado.

Deputado Targino, pode falar.

O Sr. Targino Machado:- Caro deputado Zé Neto, quero agradecer a concessão do aparte e lhe fazer uma indagação, porque eu gosto das coisas claras.

V.Ex^a acabou de dar uma demonstração belíssima – e quero saber se foi isso – nesta Casa. Estou aqui há 18 anos e nunca vi um Líder, nem mesmo V.Ex^a, dar uma demonstração tão bonita de humildade como o senhor deu aqui agora, que foi pedir à Bancada da Oposição para ajudar a Bancada do Governo a aprovar esses projetos da Polícia Militar e do Corpo dos Bombeiros.

Foi isso, Excelência?

O Sr. ZÉ NETO:- Deputado Targino, deixe eu explicar uma coisa que aprendi muito nesta Casa e na vida política...

O Sr. Targino Machado:- Só faça responder, Excelência?

O Sr. ZÉ NETO:- Estou lhe respondendo.

(...) O mais importante nesta Casa é atender o que a sociedade precisa. Se nós precisarmos ficar aqui até as 10 da noite para esperar o quórum – e o tenho para botar aqui –, nós vamos trabalhar para esse quórum chegar. Agora, estou pedindo a V.Ex^{as}, numa atitude, diria, não só de humildade, mas, principalmente, de coerência... Até porque, quando sentamos para fazer um acordo, tivemos a felicidade de chegar a um denominador comum. E queremos ter também a alegria de nos felicitar com o resultado desse denominador comum.

E acho até que seria uma deselegância com os representantes da PM e do Corpo de Bombeiros, que estão aqui pela terceira vez, não fazermos de imediato a votação do que já está acordado. Entretanto, se tivermos de esperar o quórum para votarmos outros projetos, nós vamos fazê-lo, mas, de cara, considero que teríamos de não esperar o quórum para apreciarmos os projetos da Polícia Militar e dos Bombeiros, para que assim os seus representantes sejam liberados. Eles que aqui tanto estiveram e que muito ajudaram para que chegássemos a um denominador comum.

Peço a V.Ex^{as} a compreensão. E no que se refere ao que acordamos, fiquemos muito tranquilos. Tenho conversado muito com o deputado Sandro Régis, temos tido maturidade demais para encarar as dificuldades postas e também temos tido a alegria de chegar a um denominador comum positivo...

O Sr. Targino Machado:- V.Ex^a me devolve o aparte?

O Sr. ZÉ NETO:- Então, peço a V.Ex^a que entenda isso como um gesto de respeito à Oposição, acima de tudo, mas também de convicção de que, ao chegarmos a um acordo, faríamos aqui um gesto de entregarmos tanto à PM quanto aos

bombeiros projetos votados com tranquilidade pela unanimidade da Casa, sem nenhum trauma e sem nenhuma dificuldade.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, mais 2 minutos, deputado Zé Neto.

O Sr. Targino Machado:- Deputado Zé Neto, o que não pode ficar parecendo é que o governo está fazendo uma bondade com a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros, e que a Oposição está fazendo maldade. A verdade não é essa, já disse aqui que a obrigação de dar quórum é da Bancada do Governo, que tem uma maioria de mais de 40 Srs. Deputados.

Quero dizer a V.Ex^a que, para mim, tudo que é acertado antes não é caro nem barato, é acertado. Acabei de acertar com V.Ex^a e com o presidente da Casa que se V.Ex^a pedisse à Bancada da Oposição – porque eu nunca vi isso aqui –, eu abriria mão, em nome da Bancada da Oposição, de pedir a verificação de quórum.

E estou fazendo isso não por nenhum interesse outro que não seja estender a mão à Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros, que estão aí nas ruas a nos defender. E precisamos ter mais responsabilidade, porque aqui é um Poder de representação, ou seja, nós representamos o povo da Bahia e precisamos ficar atentos para bem representá-lo e bem defendê-lo.

Muito obrigado.

O Sr. ZÉ NETO:- Deputado Targino, hoje é dia de comemoramos o denominador comum positivo que conseguimos em relação a esses projetos. Acho que é isso que nos engrandece, essa é a nossa responsabilidade maior, embora as disputas, que são saudáveis e democráticas, sempre vão acontecer. Mas espero que possamos entregar a essas duas tropas um projeto redondo, que vai significar muito para a vida desses homens e mulheres que tanto representam para a segurança pública do nosso Estado e para o bem-estar dos baianos. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra a deputada Luiza Maia por 4 minutos.

O Sr. Soldado Prisco:- Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Soldado Prisco.

O Sr. Soldado Prisco:- Sr. Presidente, em respeito aos policiais aqui presentes e a todo o processo de luta que fizemos na discussão desses projetos – depois de terem sido tirados de pauta e retornarem –, em nome da nossa Bancada declaramos que a Oposição tem total interesse em votar e, por isso, não vai pedir verificação de quórum. Assim procederemos em respeito aos policiais aqui presentes. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Fica registrado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra a deputada Luiza Maia pelo tempo de 4 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, presentes às Galerias Paulo Jackson que nos assistem, senhores que nos acompanham pela *TV Assembleia*, se continuasse essa insistência de alguns deputados da Oposição de pedir verificação de quórum mesmo depois de um acordo feito, eu ia sugerir aos senhores que ocupassem esta Assembleia para que, realmente, esses projetos fossem votados.

Acho que é uma birra essa insistência de alguns membros da Oposição. Graças a Deus, o acordo está feito, está mantida a palavra dos deputados e vamos aprovar estes projetos. Tenho acompanhado a presença do senhores aqui nesta Casa, nos diálogos, nas sugestões, ajudando nas emendas, tudo combinado, mas agora, por bira da Oposição, estávamos nesse debate. Graças a Deus, já foi sanado e vamos votar daqui a pouquinho os Projetos de Lei nºs 22.016 e 22.017, que reorganizam a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros da Bahia.

(Vários deputados falam fora do microfone.)

A Sr^a LUIZA MAIA:- Vamos votar, sim, eu apenas registrei a minha opinião. Qual é o seu problema? Vocês chegaram aqui e falaram o que quiseram e agora vêm procurar confusão? Está resolvida a situação.

Mas eu quero, também, presidente, convidar todos os meus pares, de forma muito especial, a bancada feminina, que, no dia 10, às 9h30min da manhã... presidente, por favor, estou na tribuna...

(Os Srs. Deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Por favor, vamos assegurar a palavra da deputada. Por favor! Eu faço um apelo. Com a palavra V.Ex^a.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Nessa quinta-feira, dia 10, às 9h30min da manhã, estaremos realizando, neste Plenário, uma sessão especial, dando início à campanha dos 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher. Neste ano, o nosso tema é a violência na diversidade. Nós sabemos que essa questão da violência contra a mulher ainda é uma realidade muito dura... Presidente, por favor, eu queria que os deputados tivessem um pouquinho de educação...

(Os Srs. Deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, eu faço um apelo! Deputado, por favor, não faça isso. Vamos ouvir a nobre deputada Luiza Maia, é uma parlamentar que merece todo o nosso respeito. Prossiga, deputada. Faça um apelo ao silêncio. Pois não, deputada.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Pois é, eu volto a repetir o meu convite para que os meus pares compareçam e nos ajude no debate, na quinta-feira, às 9h30min da manhã, numa sessão especial neste Plenário, sobre o início da campanha dos 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher.

Temos dois objetivos nessa sessão: um é discutir a questão da violência na diversidade, porque sabemos que grupos, ainda hoje, não têm seus direitos assegurados, como as lésbicas, os transexuais, que têm sofrido violência. O nosso país está sendo colocado como um dos países mais violentos, onde mais se tem matado homossexuais. E nós precisamos, também, abrir esse debate e apoiar esses grupos. O outro objetivo é discutir um pouco o retrocesso e o que hoje tem acontecido em

Brasília em relação aos direitos das mulheres. No momento em que a gente pensava em dar um salto de qualidade para brigar pela paridade entre homens e mulheres nos seus direitos, temos visto um Congresso reacionário, discutindo e apresentando projetos que retiram direitos conquistados há muito tempo com muito esforço pelas mulheres. Esta conjuntura política, inclusive com apoio da grande mídia, tem feito um desserviço à luta das mulheres pelo fim da violência.

Queria, aqui, relatar algumas questões que a gente tem ouvido constantemente na mídia, como a *Globo*, que recentemente propôs uma enquete para saber se homens e mulheres têm direitos iguais. É uma forma de questionar o direito universal que é a igualdade de direitos entre homens e mulheres. A cultura machista cristalizou em nosso país, e no mundo de modo geral, essa questão da desigualdade e da violência contra a mulher como uma coisa normal, legítima, apesar da nossa Lei Maria da Penha, que está comemorando dez anos de existência. Um outro estudo mostra que o Brasil registrou cinco estupros por hora em 2015. Acho que é um dado horroroso e precisamos ter consciência disso.

O Ministério Público acaba de arquivar um processo contra Alexandre Frota, aquele que faz apologia ao estupro. Acho que é outra barbaridade, outra aberração. Um cara, que diz não cercear a liberdade de expressão, isenta de punição uma pessoa como o Alexandre Frota, que fez propaganda, inclusive, na mídia, sobre a questão da legalidade, em não ter importância nenhuma o estupro.

O retrocesso para as mulheres no governo Temer é uma coisa evidente. É um governo machista, além de golpista. Não tem uma mulher nos ministérios, e a gente tem visto quantos projetos absurdos eles têm apresentado lá, no Congresso, para retirar direitos das mulheres.

Tem uma alteração, deputado Luciano Simões, no Código Penal, sobre a questão do aborto, criminalizando as mulheres. Nós sabemos que o Brasil tem três situações legais de existência do aborto, e mesmo assim os deputados reacionários e machistas querem retirar esses direitos das mulheres. O Instituto do Nascituro e o Estatuto da Família são também projetos que vêm ao encontro da nossa liberdade, do direito ao nosso corpo e das conquistas que as mulheres tiveram com muito esforço durante tantos anos.

Então, para reforçar e para lembrar, quero convidar, de forma especial, os deputados, para a nossa sessão especial nessa quinta-feira, às 09h30min, a fim de discutirmos o fim da violência contra as mulheres.

(Não foi revisto pela oradora.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, alguns deputados fizeram a proposta de encerrarmos os tempos e começarmos a votação. Tudo bem? O deputado Sandro Régis concorda e o deputado Rosemberg Pinto também.

O primeiro projeto que está sobrestando a pauta é o da Urbis. Eu só coloco em votação se for por acordo.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, esse projeto só será votado se tiver quórum. Tem que ter 32 deputados.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Tem que ter quórum, mas V.Ex^a não pede vista, é isso?

O Sr. Sandro Régis:- Não. Nós vamos pedir verificação de quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Tudo bem, é o direito de V.Ex^a.

O Governo tem que ter quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação. Para relatar a matéria, o deputado Zé Raimundo. É o Projeto de Lei do Poder Executivo que altera a Lei 9.423 de 27 de janeiro de 2005. É o projeto para agilizar os créditos de habitação da Urbis.

Deputado Zé Raimundo para relatar a matéria.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, mais uma vez quero parabenizar o Líder Sandro Régis, o Líder Zé Neto e todas as lideranças que contribuíram para este Projeto. É um projeto simples, tranquilo, Sr. Presidente, tenho a honra de encaminhá-lo. Irei direto ao parecer, Sr. Presidente. Portanto, o nosso parecer é favorável ao Projeto de Lei nº 21.996/2016, que vai trazer benefícios para a Polícia Militar e para o Corpo de Bombeiros também militar.

Por isso, peço aos Srs. Deputados que votem favoravelmente a esse parecer.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação no âmbito das comissões. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa). Aprovado. No Plenário.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a quer uma verificação de quórum, é isso? Uma verificação de quórum no Plenário.

O Sr. Rosemberg Pinto:- No Plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a tem todo o direito, tem toda a razão. Quero registrar que o deputado Sandro Régis nos prometeu que não pediria vista, em compensação ele pediria verificação de quórum. Está dentro do combinado.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Ok, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Rosemberg Pinto. O Governo tem que dar quórum nesse projeto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, queria que V.Ex^a convocasse todos os deputados e deputadas para que eles pudessem se fazer presentes e que V.Ex^a marcasse o tempo regimental de 25 minutos para que possamos votar o projeto. Esse projeto sobrestá a pauta, e eu queria pedir, deputado Sandro Régis, como é um projeto de interesse da sociedade baiana, que nós votássemos também esse projeto. Óbvio que nós vamos trabalhar no sentido de dar quórum, mas que pudéssemos votar para atender, rapidamente, à votação do projeto dos militares e do Corpo de Bombeiros.

Por isso, Sr. Presidente, quero pedir que marque 25 minutos, para que a gente pudesse chamar nominalmente os deputados, acionar as campanhas, para votar esse projeto que sobrestá a pauta e, depois, votar o projeto dos policiais militares e do Corpo de Bombeiros.

Agora, eu quero fazer um apelo, deputado Sandro Régis: que não pedisse quórum nesse projeto, que a gente votasse diretamente para irmos logo para o projeto dos policiais militares.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, quórum de votação solicitado pelo deputado Sandro Régis. Em votação. Marque 25 minutos. (Pausa)

Srs. Deputados, estão faltando marcar as presenças.

(O Sr. Presidente Marcelo Nilo faz a chamada dos Srs. Deputados para votação).

Srs. Deputados, quórum de votação. (Pausa)

Srs. Deputados, quórum de votação. (Pausa)

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, eu queria dizer o seguinte: é bom que se esclareça ao pessoal da galeria, aos policiais, que o quórum que estamos pedindo aqui não é em relação aos projetos deles. É o projeto que está sobrestando a pauta, porque, em relação ao projeto dos policiais, nós, da Oposição, nos comprometemos a ajudar na composição do quórum. Portanto, não é em relação ao projeto dos policiais. Só para esclarecer.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Prisco, V.Ex^a quer alguma explicação?

O Sr. Soldado Prisco: Não, Sr. Presidente.

(O Sr. Presidente procede à chamada dos ausentes.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Há quórum.

Em votação o Projeto de Lei nº 21.996/2016, de procedência do Poder Executivo. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado à unanimidade. O Projeto foi aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 21.996/2016

Altera a Lei nº 9.423, de 27 de janeiro de 2005.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O art. 3º da Lei nº 9.423, de 27 de janeiro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 3º** - Fica o Poder Executivo autorizado a aceitar os valores apurados pela Caixa Econômica Federal - CEF, na qualidade de administradora do Fundo de Compensação de Variações Salariais -

FCVS, para efeito de validação dos créditos do FCVS, emitindo a respectiva RCV, desde que a divergência entre os valores apurados pelo Estado e pela CEF já tenha sido objeto de análise no recurso administrativo cabível ou a instrução do recurso seja inviável por falta de elementos objetivos ou documentos disponíveis.” (NR)

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Agora é obrigado a votar-se o requerimento de urgência, é regimental.

Primeiro requerimento de urgência: (Lê) *“O deputado Zé Neto requer, nos termos do art. 174, inciso II do Regimento Interno, urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 21.926/2016, de autoria do Poder Executivo, que altera a Lei nº 9.433, de 01 de março de 2005.”*

Em votação.

O Sr. Sandro Régis: - Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Questão de ordem, deputado.

O Sr. Sandro Régis: - Gostaria que V.Exª fizesse uma verificação de quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - V.Exª será atendido.

Que zerem o painel, marquem 25 minutos.

Quórum de votação novamente!

Marquem as presenças dos deputados que queiram votar o requerimento do Líder do Governo, deputado Zé Neto.

O Sr. Pastor Sargento Isidório: - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Questão de ordem, deputado Pastor Sargento Isidório.

O Sr. Pastor Sargento Isidório: - Sr. Presidente, faço esta questão de ordem no sentido de pedir a esta Casa – como juízes que são todos os deputados – que analise comigo. Eu fui até o deputado Prisco, e nós já estamos juntos, lutando para a aprovação desse projeto, há muito tempo, inclusive com o apoio da própria Oposição. Isto está dito nos meus discursos, no nosso facebook: sem o apoio dos deputados da Oposição não conseguiríamos aprovar esses projetos importantes e não existe vencido nem vencedor. Fui junto do deputado Prisco porque faltava apenas um voto, e fui falar com ele na tentativa, inclusive, de falar com o próprio deputado Sandro Régis para liberá-lo.

O deputado Sandro Régis, para mim, de maneira deseducada... Tenho uma grande consideração pelo deputado Sandro Régis e estou surpreso com o comportamento dele em relação a minha pessoa. Nunca desrespeitei nenhum deputado nesta Casa e nunca desrespeitarei. Nunca! Mas o palavreado do deputado

Sandro Régis não condiz com o decoro, não condiz com a forma como sempre o considerei. Deputado, tenho respeito e admiração grandes por V.Ex^a. Estou surpreso por V.Ex^a me chamar de moleque, porque V.Ex^a é um jovem que tenho, inclusive, elogiado pelo seu comportamento.

Sei muito bem da questão política, do que rege esta Casa, mas queria pedir à Presidência desta Casa... Não respondi e não responderei, porque ainda tenho uma consideração a S.Ex^a. Ainda se não tivesse uma consideração a S.Ex^a, considero todos os deputados e deputadas nesta Casa, principalmente a Oposição, que, nesse projeto, se fez presente. Então, queria pedir a V.Ex^a que, se fosse possível, conversasse com ele para que retirasse esse palavreado. Não saí de junto de S.Ex^a por medo, porque, primeiro, não tenho medo de homem. Apenas estou dizendo que respeito a tropa da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, e não quero alargar isso aqui. Agora, fique sabendo que um deputado deve considerar o outro. Tenho V.Ex^a, deputado Sandro, como um irmão, como um amigo, e até aqui o tenho admirado. Sei que foi o calor do debate, V.Ex^a me interpretou mal.

Sr. Presidente, para V.Ex^a ter uma ideia, até o deputado Prisco, que está aqui presente, sabe que, inclusive, depois que estava para aprovar o projeto faltando muita coisa, que ainda não resolve tudo, mas melhorou muito, me aliei a ele, e disse que ele iria conosco participar de tudo. E disse que se porventura criassem um problema para ele não entrar em algum lugar de reunião, que eu nem iria. Então, o deputado Prisco é meu colega de farda, somos amigos, irmãos, e não temos divisão nenhuma. Ele me conhece e eu conheço ele.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Já existe quórum de votação. Mas faço um apelo aos Srs. Deputados: o clima está tão bom, isso faz parte do jogo político. O que não pode é um deputado chegar para o outro fora do microfone... Aí eu admiro o deputado Targino: quando ele quer falar, vai à tribuna, discute, faz suas críticas, na minha visão, às vezes, até ultrapassa os limites, mas é um direito dele. Agora, um deputado chegar para outro e dizer isso e aquilo não faz parte do Parlamento. O deputado tem o direito de falar o que quiser. Agora, é ruim quando um deputado, fora do microfone, começa a gritar, começa a jogar um parlamentar contra outro, contra as Galerias, isso faz parte do jogo. Deputados da Oposição sabem que muitas vezes fazem o jogo quando as Galerias são contra o governo, isso é normal e natural. O deputado Sargento Isidório não quis ofender ninguém, e o deputado Sandro Régis é um das pessoas mais educadas que conheço. É que, às vezes, nós também perdemos a calma, mas está tudo serenado, está tudo calmo, faz parte do jogo.

Gostaria de fazer um apelo: que déssemos esse assunto por encerrado para que pudéssemos votar.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, não posso dar o assunto por encerrado porque preciso prestar, em nome da Bancada, solidariedade ao nosso Líder. Entendemos o jogo político. Até, quando o discurso estava na tribuna, todos nós

fomos à tribuna defender a posição da Bancada. Quando o deputado Sargento Isidório, nosso colega, subiu à tribuna pela primeira vez para fazer o jogo político, todos entenderam que a Bancada de Oposição estava contra o projeto e contra a polícia, e nós todos subimos lá. Mas não se pode... Certamente quem está ali em cima não saberia, não estava a entender qual era o quórum que estávamos a pedir, tanto que dei presença aqui para poder esclarecer isso. O soldado Prisco é da corporação, foi pressionado e – dito pra todo mundo – jogado à jaula, vamos dizer assim, para poder ser execrado, como se ele fosse o responsável pela votação. O deputado Sandro Régis, óbvio, se excedeu na fala, mas isso é próprio do ser humano.

Estou aqui em nome da Bancada para prestar solidariedade ao deputado, se alguma palavra foi dita fora do microfone, está retirada essa palavra, embora não tenha sido dita ao microfone, mas não podíamos, porque é próprio do ser humano, é próprio dos embates, deixar passar um dos nossos, aqui, ser daquela forma levado ao público, como se estivesse a trair a sua corporação. Essa foi a reação. Era isso que queria deixar registrado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu me solidarizo com os deputados Sargento Isidório e Sandro Régis.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Sr. Presidente, fui citado, não vou desrespeitar esta Casa nem meu colega.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, há outros deputados que pediram antes de V.Ex^a.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Houve o gesto, houve o dedo no meu rosto várias vezes.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, o deputado Sandro Régis já pediu desculpa.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, entendi quando o deputado Sargento Isidório levantou, e eu levantei junto, até num gesto de brincadeira da minha parte. Fui pedir a Prisco para que ele pudesse fazer isso, mas aí gerou-se essa interpretação que acabou tentando passar um pouco esse sentimento, e é verdade a reflexão que Sandro fez, como também é verdade a posição tomada pelo deputado Sargento Isidório.

Quero pedir o seguinte: retirar as questões...

(O deputado Pastor Sargento Isidório manifesta-se fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vou colocar em votação.

Em votação o Requerimento nº 8.788/2016. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado com os votos contrários dos deputados da Oposição presentes.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Por não concordarmos com a forma de tramitação em regime de urgência de todos os projetos oriundos do Executivo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Aprovado por maioria, com os votos contrários dos deputados da Oposição presentes.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Próximo requerimento: nº 8.801/2016, de autoria do deputado Zé Neto, que requer, nos termos do Art. 174, inciso II, do Regimento Interno desta Casa, urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 22.015/2016, de autoria do Poder Executivo, que altera a Lei nº 11.631, de 30 de dezembro de 2009.

Em votação.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, o deputado Luciano Ribeiro vai encaminhar.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Exª fala como Líder?

O Sr. Luciano Ribeiro:- Se V.Exª me considerar como Líder e permitir, falarei.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Luciano Ribeiro, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, nós estamos nessa luta e serei incansável enquanto este Parlamento não cumprir o seu papel e respeitar o nosso Regimento Interno. O parágrafo único do art. 180 do Regimento Interno desta Casa diz que não serão apreciados em regime de urgência mais que um terço dos projetos oriundos do Poder Executivo, encaminhados a esta Casa na mesma sessão legislativa.

Ora, estamos vendo aqui aquilo que é desrespeitoso ao Parlamento: os Poderes, que são harmônicos, que deveriam ser independentes, não são. Nós estamos agindo como agentes do Poder Executivo. Porque aprovar os regimes de urgência da forma como estamos fazendo, quase a unanimidade, para os projetos oriundos do Executivo – sem que passem pelas Comissões Temáticas, sem que a Casa discuta, sem que a sociedade tenha o direito de ouvir e entender o que se faz – é anular a função do Parlamento baiano, é anular a função dos deputados.

Ora, Srs. Deputados da Base, o governo construiu a sua Base Parlamentar, isso é democrático, isso faz parte do regime e do sistema da democracia. E a maioria no Parlamento é para aprovar aquilo que se construiu com Maioria, mas não para atropelar ou anular o Parlamento, não para atropelar ou anular Legislativo. Porque o que estamos a fazer aqui é dizer amém, é ficar de cócoras para aquilo que o Executivo quer.

Votem, votem com a Maioria esmagadora que tem o governo nesta Casa. Mas nos permitam, nós, que somos Minoria, ter hora, ter vez. É preciso termos vez, é preciso ouvir-nos. As comissões precisam funcionar, senão de que adianta, de que servem as comissões, os deputados, os nossos estudos, a nossa preocupação, senão para podermos opinar, para podermos contribuir, para podermos ajudar na construção das políticas públicas que o baiano e a baiana precisam.

Por isso, Sr. Presidente, mais uma vez, peço, rogo a esta Mesa Diretora que cumpra o Regimento Interno desta Casa, especialmente o parágrafo único do art. 180, para que somente um terço dos projetos oriundos do Executivo aqui sejam aprovados em regime de urgência. Essa regra deve prevalecer.

Mas o Governo, o Executivo faz de uma forma a ludibriar o Regimento, encaminhando a esta Casa número suficiente para a aprovação da urgência. Depois, retira o projeto. E o devolve com apenas algumas modificações ou, talvez, nenhuma, e nós novamente aprovamos esse projeto na forma de urgência como quer o Executivo.

Portanto, fica aqui o meu apelo, o meu protesto, em meu nome e em nome da Bancada da Oposição, em nome da minoria baiana, para poder fazer com que esta Casa faça valer o Regimento.

No mérito, a Bancada... volto a repetir, a Base Governista, que foi construída politicamente, a base política que foi construída pelo governador, que vote no mérito dos projetos, mas não atrole. Permita-nos a nós, da Oposição, que possamos exercer o nosso direito de discutir, de ver, e de levar à sociedade baiana as razões que fazem com que votemos projetos nesta Casa.

Muito obrigado, Sr^{as} e Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, eu quero, aqui, como Líder e em nome da minha Bancada, pedir desculpas à Casa e ao Sargento Isidório pela exaltação que tive no momento da confusão. Todos sabem que não é de minha conduta perder o equilíbrio, mas infelizmente, de vez em quando, no calor da emoção, a gente... Mesmo tendo convicção de que a minha atitude foi correta, a forma foi errada.

Então, quero, aqui, pedir a V.Ex^a que retire...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Peço a V.Ex^a que se levante e dê um abraço no deputado Sargento Isidório.

O Sr. Sandro Régis:- Peço a V.Ex^a que retire algum termo inadequado que eu tenha usado.

Quero dizer que estou convicto de minha atitude. Mas foi completamente errada a forma como agi.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Cumprimentem-se, V.Ex^a e o deputado Pastor Sargento Isidório. Deem este assunto como encerrado, para o bem do Parlamento.

Parabéns! (Palmas)

Com a palavra o deputado Adolfo Viana, pelo tempo de 2 minutos e meio.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, vou declinar.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não. Agradeço-lhe.

Em votação o Requerimento nº 8.801/16. Pedido de regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 22.015/16. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado, com os votos contrários dos deputados da Oposição presentes.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Requerimento de urgência, do deputado Zé Neto, para a tramitação do Projeto de Lei nº 22.011/2016, de autoria do Poder Executivo, que altera a Lei nº 13.467. O número do requerimento é 8.803/2016. É da Bahiainveste.

Em votação. Os Sr. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado, com os votos contrários dos deputados da Oposição presentes.

O próximo projeto é o do Corpo de Bombeiros.

O Sr. Sandro Régis:- O relator é Prisco, não é, Sr. Presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O próximo projeto é do Poder Executivo, nº 22.017/2016, que altera a Lei nº 13.202, de 9 de dezembro de 2014, que institui a Organização Básica do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Designo para relatar a matéria, tendo em vista que falta o parecer das comissões, o deputado Prisco.

O Sr. SOLDADO PRISCO:- Sr. Presidente e demais deputados aqui presentes, antes de relatar o projeto, quero solidarizar-me com o Líder Sandro. Já informei que havia um acordo. Subi para afirmar que abríamos mão do quórum para este projeto aqui, e não ao projeto anterior. Os policiais militares já haviam entendido que a Oposição sempre foi favorável ao projeto. O acordo era para o projeto anterior e não este. Pedimos a palavra e abrimos mão do quórum para este projeto aqui.

(Lê) *“Encaminha, à apreciação da Assembleia Legislativa, o Exmº Sr. Governador do Estado, o projeto de lei que ora venho relatar, propondo alterações na Lei nº13.202/2014, que institui a Organização Básica do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia.*

A proposição destina-se a 'reorganizar o Quadro de Oficiais Auxiliares Bombeiros Militares - QOABM, e, conseqüentemente, a melhoria da Segurança Pública no nosso Estado,' conforme registra o Chefe do Executivo em sua Mensagem.

A matéria foi objeto de exaustivas discussões envolvendo representantes da categoria, do Governo do Estado e de Parlamentares das Bancadas do Governo e da Oposição desta Casa, concluindo-se pela elaboração, pelo Poder Executivo, da presente proposição, a qual não foi objeto de emendas e tem sua apreciação possibilitada nesta Sessão em decorrência de Acordo entre as Lideranças da Assembleia.

Considerando, por fim, que o projeto atende os requisitos de legalidade e constitucionalidade, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo.”

O parecer é favorável, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o parecer do nobre deputado Soldado Prisco, no âmbito das comissões.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado à unanimidade.

Em votação no Plenário o Projeto de Lei nº 22.017/2016, de autoria do Poder Executivo, que altera a Lei nº 13.202, de 9 de dezembro de 2014, que institui a Organização Básica do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia, e dá outras providências.

Em votação no Plenário. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 22.017/2016

Altera a Lei nº 13.202, de 09 de dezembro de 2014, que institui a Organização Básica do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Anexo IV da Lei Estadual nº 13.202, de 09 de dezembro de 2014, passa a vigorar na forma do Anexo Único desta Lei.

Art. 2º - O art. 36 da Lei nº 13.202, de 09 de dezembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 36 - O Quadro de Oficiais Auxiliares Bombeiros Militares - QOABM é integrado pelos Oficiais existentes no seu Quadro e destina-se aos bombeiros militares oriundos do círculo de Praças, das graduações de Subtenentes e 1º Sargento, que tenham concluído com aproveitamento o Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos - CAS, competindo-lhes o exercício de atividades operacionais e administrativas da Corporação.

§ 1º - O ingresso no QOABM se dará após a conclusão, com aproveitamento, do Curso de Formação de Oficiais específico, atendidos os requisitos estabelecidos na Lei nº 7.990, de 27 de dezembro de 2001, e na regulamentação relativa ao ingresso no referido Quadro.

§ 2º - Os ocupantes da graduação de Subtenente e 1º Sargento com CAS poderão participar do processo seletivo para ingresso no QOABM, respeitada a proporção de 50% (cinquenta por cento) das vagas pelo critério de antiguidade e 50% (cinquenta por cento) mediante a realização de provas de desempenho profissional intelectual.

§ 3º - O maior grau hierárquico do Quadro de Oficiais Auxiliares

Bombeiros Militares é o Posto de Tenente Coronel.

§ 4º - Somente poderão concorrer à promoção ao posto de Major e ao subsequente de Tenente-Coronel do QOABM, os Capitães portadores de diploma de nível superior em cursos devidamente reconhecidos pelo Ministério da Educação, preenchidos os demais requisitos legais, inclusive conclusão com aproveitamento do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais ou equivalente promovido pela Polícia Militar da Bahia ou pelo Corpo de Bombeiros Militar da Bahia.

§ 5º - É vedada a inscrição e a matrícula dos integrantes do Quadro de Oficiais Auxiliares Bombeiros Militares no Curso Superior de Bombeiro ou equivalente.

§ 6º - As funções a serem exercidas pelos Oficiais Superiores do QOABM serão preferencialmente desempenhadas em unidades administrativas da estrutura organizacional do Corpo de Bombeiros Militar, nas áreas profissionais demandadas a serem definidas por ato do Comandante-Geral.” (NR)

Art. 3º - Ficam revogados a alínea “b” do inciso I do *caput* do art. 33, os arts. 35, 56 e 62, todos da Lei n.º 13.202, de 09 de dezembro de 2014.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

ANEXO ÚNICO

QUADRO DE EFETIVO DE OFICIAIS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DA BAHIA - Ativo

POSTO	QOBM	QOABM	QOSBM/Médico	QOSBM/Odontólogo	TOTAL
CORONEL	07	-	-	-	7
TENENTE CORONEL	34	01	01	01	37
MAJOR	53	06	03	03	65
CAPITÃO	106	26	08	04	144
1º TENENTE	215	94	24	12	345
TOTAL	415	127	36	20	598

**QUADRO DE EFETIVO DE PRAÇAS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DA
BAHIA – Ativo**

GRADUAÇÃO	QPBM	TOTAL
SUBTENENTE	210	210
1º SARGENTO	613	613
CABO	840	840
SOLDADO 1ª CLASSE	2.797	2.797
TOTAL	4.460	4.460

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O próximo projeto é o da Polícia Militar. Se os militares quiserem vir ao Plenário...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Designo o deputado Pastor Sargento Isidório para relatar a matéria.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Sr. Presidente, a Bíblia, no Salmos 133, diz: “*Quão bom e quão suave é que os irmãos vivam em união*”. Essa palavra diz ainda que, onde existe união, Deus ordena a vida e a bênção para sempre. Lendo essa palavra, relatarei o projeto da Polícia Militar do Estado da Bahia que reorganiza, que faz justiça a ela, que desengessa a Polícia Militar, uma vez que o projeto do Corpo de Bombeiros já foi relatado pelo mui digno deputado Prisco, nesta Casa.

(Lê) “*Das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Direitos Humanos e Segurança Pública, Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 22.016/2016, de autoria do Poder Executivo, o qual 'altera a Lei nº 13.201, de 09 de dezembro de 2014, que reorganiza a Polícia Militar da Bahia e dispõe sobre seu efetivo, e dá outras providências'*.”

Encaminha, à apreciação da Assembleia Legislativa, o Exmº Sr. Governador do Estado, o projeto de lei que ora venho relatar, propondo alterações na Lei nº 13.201/2014, que reorganiza a Polícia Militar da Bahia e dispõe sobre seu efetivo.

A proposição tem por objetivo 'reorganizar o Quadro de Oficiais Auxiliares Policiais Militares - QOAPM, e, consequentemente, a melhoria da Segurança Pública no nosso Estado', conforme registra o Chefe do Executivo em sua Mensagem.

Entre outras medidas, o projeto estabelece as competências dos integrantes do QOAPM e a forma de ingresso dos policiais militares, oriundos do círculo de Praças, das graduações de Subtenente e 1º Sargento, sendo exigida a conclusão, com aproveitamento, do Curso de Formação de Oficiais específico, respeitada a proporção de 50% das vagas pelo critério de antiguidade e 50% mediante realização de provas de desempenho profissional e intelectual.

A matéria foi objeto de exaustivas discussões envolvendo representantes da categoria, do Governo do Estado e de Parlamentares desta Casa, concluindo-se pela elaboração, pelo Poder Executivo, da presente proposição, a qual não foi objeto de emendas e tem sua apreciação possibilitada nesta Sessão em decorrência de Acordo entre as Lideranças das Bancadas do Governo e da Oposição na Assembleia.

Considerando, por fim, que o projeto atende os requisitos de legalidade e constitucionalidade, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo”.

Agradeço ao presidente desta Casa, deputado Marcelo Nilo; ao Líder do governo, deputado Zé Neto; ao Líder da Oposição, meu amigo deputado Sandro Régis; a todos os companheiros das associações; ao comandante-geral da Polícia Militar, Coronel Anselmo, e ao do Corpo de Bombeiros, Coronel Telles.

A Deus, a honra, toda a glória e todo o louvor. Aos 63 Srs. Deputados, mais essa vitória para o povo da Bahia e para os integrantes do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar – meus companheiros de farda. Continuo dizendo: deputado estou, policial militar ou bombeiro sou.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Soldado Prisco:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O deputado Prisco pediu uma questão de ordem, e eu vou concedê-la. Antes de votarmos, o deputado Prisco fará uma questão de ordem.

O Sr. Soldado Prisco:- Sr. Presidente, essa é uma vitória histórica da nossa categoria. Foi um projeto trabalhoso, tivemos muitas discussões com a própria categoria. Todos os que estão aqui são testemunhas do trabalho que tivemos com esse projeto, de termos levado para o governo, retirado de pauta e feito essa negociação e do próprio governo ter entendido a necessidade de aprovar esse projeto histórico para a categoria.

Então, quero neste momento parabenizar toda a nossa Bancada e todos os parlamentares que votarão, com certeza, por unanimidade nesse projeto.

Muito obrigado. (Palmas)

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, queria registrar, primeiro, a grandeza do Parlamento que recebe um projeto de lei e faz funcionar o diálogo e toda essa necessidade de fazer com que os projetos aprovados possam estar sintonizados com o que a sociedade precisa. Parabéns ao nosso querido Líder da Oposição, deputado Sandro Régis. Quero parabenizar toda a Bancada de Oposição e a Bancada do Governo, que demonstrou em todo o tempo a disposição de acertar e de buscar o melhor para o Corpo de Bombeiros e para a PM.

Não posso deixar de lembrar que o projeto chegou a esta Casa pelas mãos do governador Rui Costa. Além do governador Rui Costa, não podemos esquecer que temos, hoje, duas coisas importantíssimas para comemorar. Primeiro, o comportamento dos dois coronéis – o comandante-geral do Corpo de Bombeiros, coronel Telles, e o comandante geral da PM, comandante Anselmo – que, comandados pelo nosso governador Rui Costa, fizeram um trabalho de excelência. Eles ouviram todas as associações, ouviram os deputados e fizeram com que esse projeto estivesse, hoje, nesta Casa, como está: redondo e atendendo aos interesses das duas corporações, e de forma harmônica – é bom também lembrar.

Finalizo, Sr. Presidente, enfatizando que essa é a polícia cidadã, esses são os Bombeiros da cidadania e este é o Parlamento da Bahia, que pode, neste momento, dar um exemplo claro de trabalho e de extremo zelo pela harmonia e pelos interesses do povo da Bahia.

Parabéns, presidente Marcelo Nilo, pela condução da sessão e pela condução dos trabalhos nesta Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o parecer do nobre deputado Pastor Sargento Isidório, no âmbito das comissões. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado à unanimidade.

Em Plenário. Em votação o Projeto de Lei nº 22.016/2016, de autoria do Poder Executivo, que altera a Lei nº 13.201, de 09 de dezembro de 2014, que reorganiza a Polícia Militar da Bahia, dispõe sobre o efetivo e dá outras providências. Em votação. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado à unanimidade.

PROJETO DE LEI Nº 22.016/2016

Altera a Lei nº 13.201, de 09 de dezembro de 2014, que reorganiza a Polícia Militar da Bahia e dispõe sobre seu efetivo, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Anexo IV da Lei nº 13.201, de 09 de dezembro de 2014, passa a vigorar na forma do Anexo Único desta Lei.

Art. 2º - O art. 51 da Lei nº 13.201, de 09 de dezembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 51 - O Quadro de Oficiais Auxiliares Policiais Militares - QOAPM é integrado pelos Oficiais existentes no seu Quadro e destina-se aos policiais militares oriundos do círculo de Praças, das graduações de Subtenente e 1º Sargento, que tenham concluído com aproveitamento o Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos - CAS,

competindo-lhes o exercício de atividades operacionais e administrativas da Corporação.

§ 1º - O ingresso no QOAPM se dará após a conclusão, com aproveitamento, do Curso de Formação de Oficiais específico, atendidos os requisitos estabelecidos na Lei nº 7.990, de 27 de dezembro de 2001, e na regulamentação relativa ao ingresso no referido Quadro.

§ 2º - Os ocupantes da graduação de Subtenente e 1º Sargento com CAS poderão participar do processo seletivo para ingresso no QOAPM, respeitada a proporção de 50% (cinquenta por cento) das vagas pelo critério de antiguidade e 50% (cinquenta por cento) mediante a realização de provas de desempenho profissional intelectual.

§ 3º - O maior grau hierárquico do Quadro de Oficiais Auxiliares Policiais Militares é o Posto de Tenente Coronel.

§ 4º - Somente poderão concorrer à promoção ao posto de Major e ao subsequente de Tenente-Coronel do QOAPM, os Capitães portadores de diploma de nível superior em cursos devidamente reconhecidos pelo Ministério da Educação, preenchidos os demais requisitos legais, inclusive conclusão com aproveitamento do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais ou equivalente promovido pela Polícia Militar da Bahia ou pelo Corpo de Bombeiros Militar da Bahia.

§ 5º - É vedada a inscrição e a matrícula dos integrantes do Quadro de Oficiais Auxiliares Policiais Militares no Curso Superior de Polícia ou equivalente.

§ 6º - As funções a serem exercidas pelos Oficiais Superiores do QOAPM serão preferencialmente desempenhadas em unidades administrativas da estrutura organizacional da Polícia Militar, nas áreas profissionais demandadas a serem definidas por ato do Comandante-Geral.” (NR)

Art. 3º - Ficam revogados a alínea “d” do inciso I do *caput* do art. 46, os arts. 50, 72 e 73, todos da Lei nº 13.201, de 09 de dezembro de 2014.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

ANEXO ÚNICO

QUADRO DE EFETIVO DE OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR - Ativo

POSTO	QOPM	QOSPM MÉDICO	QOSPM ODONTOLÓGICO	QOAPM	TOTAL
CORONEL	29	01	01	-	31
TENENTE CORONEL	134	05	04	06	149
MAJOR	322	08	06	22	358
CAPITÃO	1.176	36	25	215	1.452
1º TENENTE	1.857	79	53	1017	3.006
TOTAL	3.518	129	89	1260	4.996

QUADRO DE EFETIVO DE PRAÇAS DA POLÍCIA MILITAR - Ativo

GRADUAÇÃO	QPPM	TOTAL
SUBTENENTE	1.650	1.650
1º SARGENTO	5.954	5.954
CABO	8.150	8.150
SOLDADO 1ª CLASSE	23.642	23.642
TOTAL	39.396	39.396

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O projeto irá para a sanção de S.Ex^a o governador Rui Costa. (Palmas)

O próximo projeto é o Projeto de Lei nº 22.012/2016, de autoria do Poder Executivo, o qual dispõe sobre a transação de créditos tributários do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, em âmbito judicial. Faltam os pareceres das comissões pertinentes.

Designo o deputado Luiz Augusto para relatar a matéria.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Luiz Augusto.

O Sr. LUIZ AUGUSTO:- (Lê) *“Parecer Das Comissões de Constituição e Justiça, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 22.012/2016, de autoria do Poder Executivo, o qual “dispõe sobre a transação de créditos tributários do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, em âmbito judicial.”*

O projeto recebeu apenas uma emenda, de autoria do Deputado Hildécio Meireles, a qual não será considerada, em função do Acordo entre as Lideranças que permitiu a votação da matéria na presente Sessão.

A seguir, com o objetivo do aperfeiçoamento da proposição, apresento, na condição de Relator, a seguinte emenda

Emenda de Relator

Altera o inciso do § 2º do art. 1º do Projeto de Lei nº 22.012/2016, que passa a ter a seguinte redação:

§ 2º Somente poderá ser celebrada transação sobre execuções fiscais ajuizadas até 31 de outubro de 2016, ficando vedada sobre créditos tributários que deram causa a processo criminal referente a crimes contra ordem tributária, ressalvados os casos em que haja parecer favorável do Ministério Público, hipótese em que somente se admitirá a transação nos termos do § 1º do art. 2º desta Lei.

JUSTIFICATIVA: a emenda destina-se a criar possibilidade de transações sobre créditos tributários vinculados a processos criminais, referentes a crimes contra a ordem tributária, nos casos em que o Ministério Público seja favorável.

Ante o exposto, e considerando que a proposição se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, opino pela sua aprovação com a modificação introduzida pela Emenda de Relator.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 8 de novembro de 2016.”

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o parecer do nobre deputado Luiz Augusto no âmbito das comissões pertinentes. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado à unanimidade.

Em votação do Plenário o Projeto de Lei, do Poder Executivo, nº 22.012/2016 que dispõe sobre a transação de créditos tributários do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviço, ICMS, em âmbito judicial.

Em votação no plenário. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado à unanimidade.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 22.012/2016

Dispõe sobre a transação de créditos tributários do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações - ICMS, em âmbito judicial.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º - O Estado da Bahia, com base no art. 171 do Código Tributário Nacional, instituído pela Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, fica autorizado a celebrar transação em processo de execução fiscal relativo ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações - ICMS, nos termos desta Lei.

§ 1º - A transação ocorrerá no âmbito do Tribunal de Justiça da Bahia para estimular a conciliação em ações judiciais e por fim aos litígios.

§ 2º - Somente poderá ser celebrada transação sobre execuções fiscais ajuizadas até 31 de outubro de 2016, ficando vedada sobre créditos tributários que deram causa a processo criminal referente a crimes contra ordem tributária, ressalvados os casos em que haja parecer favorável do Ministério Público, hipótese em que somente se admitirá a transação nos termos do §1º do art. 2º desta Lei.

Art. 2º - A transação de créditos tributários do ICMS, exceto quando originado de débito declarado pelo contribuinte, poderá ser celebrada até 16 de dezembro de 2016 e resultará em concessão, por parte do Estado, de redução da multa por infração e dos acréscimos moratórios nos seguintes percentuais:

I - 70% (setenta por cento), na hipótese de pagamento em parcela única até o dia 16 de dezembro de 2016;

II - 50% (cinquenta por cento), na hipótese do pagamento em até 12 parcelas mensais e consecutivas, com o pagamento da parcela inicial até o dia 16 de dezembro de 2016 e as seguintes até o dia 20 (vinte) de cada mês subsequente ao do pagamento da parcela inicial;

III - 30% (trinta por cento), na hipótese do pagamento em até 24 parcelas mensais e consecutivas, com o pagamento da parcela inicial até o dia 16 de dezembro de 2016 e as seguintes até o dia 20 (vinte) de cada mês subsequente ao do pagamento da parcela inicial.

§ 1º - Tratando-se de créditos tributários originados de débitos declarados pelo contribuinte, a transação somente poderá ocorrer com redução da multa por infração e dos acréscimos moratórios nos seguintes percentuais:

I - 50% (cinquenta por cento), na hipótese de pagamento em parcela única até o dia 16 de dezembro de 2016;

II - 30% (trinta por cento), na hipótese do pagamento em até 12 parcelas mensais e consecutivas, com o pagamento da parcela inicial até o dia 16 de dezembro de 2016 e as seguintes até o dia 20 (vinte) de cada mês subsequente ao do pagamento da parcela inicial;

III - 10% (dez por cento), na hipótese do pagamento em até 24 parcelas mensais e consecutivas, com o pagamento da parcela inicial até o dia 16 de dezembro de 2016 e as seguintes até o dia 20 (vinte) de cada mês subsequente ao do pagamento da parcela inicial.

§ 2º - O pagamento do crédito tributário transacionado somente será admitido em moeda corrente.

§ 3º - Tratando-se de pagamento parcelado o devedor fica obrigado a apresentar confirmação da autorização para débito em conta-corrente junto à instituição bancária.

§ 4º - Sobre os valores das parcelas previstas nesta Lei, haverá incidência da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC.

§ 5º - O valor de cada parcela não poderá ser inferior a R\$1.000,00 (um mil reais).

§ 6º - O atraso no pagamento de qualquer parcela por prazo superior a 60 (sessenta) dias implicará na rescisão do parcelamento e exigibilidade imediata da totalidade do débito, com restabelecimento da multa e dos acréscimos legais sobre o total original do crédito tributário, abatidos os valores pagos pelo devedor.

Art. 3º - O Procurador-Geral do Estado é autoridade competente para celebrar a transação judicial, podendo delegar essa atribuição a procuradores do Estado, nos termos da Lei Complementar nº 34, de 06 de fevereiro de 2009.

Art. 4º - O percentual dos honorários advocatícios decorrentes da cobrança da dívida ativa tributária transacionada, nos termos desta Lei, fica reduzido em 50% (cinquenta por cento) e incidirá sobre o valor do acordo celebrado.

Art. 5º - A transação celebrada implica, por parte do devedor, em confissão irretratável da dívida, bem como na renúncia ou desistência de qualquer ação ou recurso.

Art. 6º - Fica revogada a alínea “a” do inciso I do *caput* do art. 2º da Lei nº 12.620, de 28 de dezembro de 2012.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 08 de novembro de 2016.

Deputado Luiz Augusto
Relator

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O último projeto é o da deputada Maria del Carmem. Há um requerimento com dispensa de formalidade ao projeto de Lei nº 21.985/2016 que altera a denominação do Hospital Estadual São Jorge para Hospital da Mulher Maria Luzia Costa dos Santos.

Falta o parecer no âmbito das comissões pertinentes.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Designo a deputada Neusa Cadore para relatar a matéria.

A Sr^a NEUSA CADORE:- (Lê) *“O presente Projeto de Lei tem por objetivo alterar a denominação do Hospital Estadual São Jorge para Hospital da Mulher Maria Luzia Costa dos Santos.*

Integrante da Rede de Atenção às Urgências e Rede de Atenção à Pessoa com Doença Crônica, o futuro Hospital da Mulher Maria Luzia Costa dos Santos será estruturado para ofertar ações assistenciais de média e alta complexidade, em caráter eletivo e de urgência, como referência para o diagnóstico e tratamento clínico e cirúrgico dos principais agravos que acometem a mulher da puberdade à menopausa, incluindo as situações relacionadas à saúde reprodutiva e à violência sexual.

O Hospital disponibilizará para a população feminina da Bahia: Serviço de Referência para Atenção Integral às Mulheres em Situação de Violência Sexual, Serviço de Alta Resolução em Câncer de Mama e Colo do Útero, Ambulatório, Apoio Diagnóstico e Terapêutico e Internação Hospitalar e o primeiro Serviço de Média Complexidade em Reprodução Humana Assistida no Sistema Único de Saúde no Estado da Bahia. Contará, ainda, com uma estrutura de mais de 137 leitos, 10 leitos de UTI, onde funcionará também o primeiro Hospital Dia da rede estadual, com 29 leitos.”

Quero parabenizar a deputada Maria del Carmem, que propôs essa alteração, homenageando uma liderança popular, Dona Maria Luzia Costa dos Santos.

O projeto é constitucional, e opino pela sua aprovação.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o parecer da nobre deputada Neusa Cadore no âmbito das comissões.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

Em votação no Plenário o Projeto de Lei nº 21.985/2016, que altera a denominação do Hospital Estadual São Jorge para Hospital da Mulher Maria Luzia Costa dos Santos.

Em votação em primeiro turno. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado à unanimidade.

PROJETO DE LEI Nº 21.985/2016

Altera a denominação do Hospital Estadual São Jorge para Hospital da Mulher Maria Luzia Costa dos Santos.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o nome do Hospital Estadual São Jorge, que passa a denominar-se Hospital da Mulher Maria Luzia Costa dos Santos.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 30 de agosto de 2016.

Deputada Maria del Carmen

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O projeto irá à sanção de S.Ex^a o governador Rui Costa.

Convoco uma sessão extraordinária a ser iniciada 30 segundos após o término desta.

Declaro encerrada a presente sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.